



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

AMÁLIA PATRÍCIA PARAFITA CASTRO

**POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ: A PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO NO CURSO DE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

FORTALEZA - CEARÁ

2019

AMÁLIA PATRÍCIA PARAFITA CASTRO

POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO AMAPÁ: A PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO NO CURSO DE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Germano Magalhães Junior

Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Horta Mattos

FORTALEZA - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Castro, Amália Patrícia Parafita.

Política pública de educação a distância na Universidade Federal do Amapá: a produção do material didático no curso de Bacharelado em Administração Pública [recurso eletrônico] / Amália Patrícia Parafita Castro. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 103 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Germano Magalhães Junior.

Coorientação: Prof. Dr. Sérgio Horta Mattos.

1. Políticas públicas. 2. Educação a distância. 3. Material didático. 4. Processo ensino-aprendizagem. I. Título.

AMÁLIA PATRÍCIA PARAFITA CASTRO

POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ: A PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO NO CURSO
DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 03/07/2019

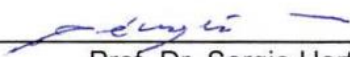
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Junior (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP



Prof. Dr. Sergio Horta Mattos
Centro Universitário Católica de Quixadá – UNICATÓLICA

Ao meu filho Enrico, razão do meu viver,
fonte de inspiração e força para essa
conquista. Aos meus queridos e amados
pais, em retribuição a tantos anos de
dedicação e incentivo aos estudos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos concedidas, saúde e paz espiritual ao longo do percurso trilhado até a concretização deste sonho.

À minha família, por ser amparo nos momentos bons e ruins, me encorajando a seguir, aos meus irmãos Rodrigo e Amanda, e especialmente aos meus pais Regina e Assis, por abdicarem de seus sonhos, priorizando a educação de seus filhos.

Ao meu companheiro Enildo, por todo amor, apoio emocional e paciência ao longo dessa jornada.

Aos colegas Kelly Barradas, Regiane Rezende e Edmar Saraiva, que constituíram o grupo de estudos para troca de informações, experiências e conforto nos primeiros passos para construção de nossa dissertação até os últimos dias de conclusão.

Ao colega Ananias, sempre solícito, auxiliando a turma nas fases de qualificação e defesa, prestando a mim todo apoio nos momentos que antecederam a defesa com atenção, presteza e paciência.

Aos companheiros de trabalho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, em especial a Elian e Sandro, pela torcida e apoio nas fases de seleção e as meninas da Secretaria, Najayra, Patrícia e Kelciane, pelo companheirismo e compreensão nos momentos em que estive ausente.

Ao meu orientador Prof. Dr. Antonio Germano Magalhães Júnior, por toda atenção e paciência nos momentos de orientação, sempre positivo, transmitindo paz e confiança.

À Universidade Federal do Amapá e ao sindicato da nossa categoria, por terem lutado brava e incansavelmente para concretização deste mestrado.

“Seja a mudança que você quer ver no mundo”.

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

O objetivo geral deste estudo visou identificar a influência da produção de material didático no processo ensino-aprendizagem da educação a distância (EaD) do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá, turma 2013. A busca incessante pelo conhecimento e a necessidade de contínuo aperfeiçoamento por intermédio da educação, reforçam o redesenho de processos formativos planejados e sincronizados com o aparato tecnológico que permeia o cotidiano social. Neste contexto, a educação a distância (EaD) surgiu como oportunidade de transportar o ensino até o aluno e adequá-lo as suas necessidades, utilizando-se de meios tecnológicos em plataformas digitais, proporcionando novas alternativas de acesso à educação superior, com maior dinamismo, flexibilidade, autonomia, dentre outros aspectos peculiares desta modalidade de ensino, que tem contribuído para o avanço educacional do país. O planejamento metodológico desta pesquisa se baseou em abordagem qualitativa, para subsidiar a captação de dados em fontes primárias, que refletissem informações dos documentos selecionados e opiniões dos sujeitos da pesquisa, de tipagem descritiva, que sustentou o processo de análise de dados e discussão dos resultados. A pesquisa foi dividida em duas etapas: pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas envolvendo gestores, alunos e diagramador. Os resultados da pesquisa apontaram que a instituição pesquisada teve papel fundamental para inserção de uma nova modalidade de ensino em seu rol de cursos ofertados, disponibilizando uma equipe engajada e disposta a desenvolver um material didático com traços mais regionalizados para auxiliar os cursos em EaD, reunindo experiências e exemplos que refletem o cotidiano peculiar do norte da região amazônica, no Estado do Amapá. Identificou-se também, que os modelos de materiais didáticos produzidos influenciaram positivamente no processo de formação acadêmica dos alunos entrevistados, demonstrando que a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) envidou esforços para atender, majoritariamente, as orientações do Ministério da Educação (MEC), especialmente no sentido de assegurar condições básicas para o desenvolvimento do curso com qualidade.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação a distância. Material didático. Processo ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The main goal of this study was to identify the influence of the production of courseware in the teaching-learning process of distance education (EaD) of the Public Administration course of the Federal University of Amapá, class 2013. The incessant search for knowledge and the need for continuous improvement through education, reinforce the redesign of formative processes planned and synchronized with the technological apparatus that permeates social everyday life. In this context, distance education (EaD) emerged as an opportunity to transport education to the student and adapt it to their needs, using technological means in digital platforms, providing new alternatives for access to higher education, with greater dynamism, flexibility, autonomy, among other peculiar aspects of this modality of education, which has contributed to the educational progress of the country. The methodological planning of this research was based on a qualitative approach, to subsidize data capture in primary sources, reflecting information from the selected documents and opinions of the subjects of the research, of descriptive typing, which supported the process of data analysis and discussion of the results. The research was divided into two stages: documentary research and semistructured interviews involving managers, students and the designer. The research results pointed out that the institution studied played a fundamental role in the insertion of a new teaching modality in its list of offered courses, providing a team engaged and willing to develop a didactic material with more regional features to assist the courses in EaD, experiences and examples that reflect the peculiar daily life of the north of the Amazon region, in the State of Amapá. It was also identified that the didactic materials produced positively influenced the academic formation process of the students interviewed, demonstrating that the Federal University of Amapá (UNIFAP) has made efforts to meet the Ministry of Education (MEC) guidelines, especially in the sense of ensuring basic conditions for the development of the course with quality.

Keywords: Public policies. Distance education. Courseware. Teaching-learning process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Polos UAB no Estado do Amapá.....	17
Figura 2 – Diferença entre política pública e decisão política.....	23
Figura 3 – Ciclo de políticas públicas.....	25
Figura 4 – Principais atores das políticas públicas.....	31
Figura 5 – As cinco gerações da educação a distância.....	39
Figura 6 – Material didático quanto ao suporte e ao uso das mídias.....	44
Figura 7 – Esquema Metodológico.....	44
Figura 8 – Material didático mais usado pelo aluno.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	50
Quadro 2 –	1ª etapa: pesquisa documental.....	51
Quadro 3 –	2ª etapa: entrevistas.....	53
Quadro 4 –	Instrumento de coleta de dados vinculados aos objetivos....	54
Quadro 5 –	Justificativa do aluno a escolha do material didático.....	72
Quadro 6 –	Contribuição do Material Didático.....	75

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
CSE	Câmara Superior de Educação
DED	Diretoria de Educação a Distância
EaD	Educação a Distância
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISBN	International Standard Book Number
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
REA	Recursos Educacionais Abertos
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNB	Universidade de Brasília
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UniRede	Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS CONCEITUAIS	21
2.1.1	A Construção de um Conceito de Políticas Públicas.....	21
2.1.2	Ciclo das Políticas Públicas	24
2.1.3	Atores no Processo das Políticas Públicas	31
2.2	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	35
2.2.2	Definindo Educação a Distância	35
2.2.3	Histórico de Evolução da Educação a Distância.....	39
2.2.4	Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância.....	40
2.3	MATERIAL DIDÁTICO NO CONTEXTO DA EAD.....	42
3	DESENHO METODOLÓGICO	47
3.1	NATUREZA E TIPOLOGIA DA PESQUISA	47
3.2	UNIVERSO E LÓCUS DA PESQUISA.....	48
3.3	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	49
3.4	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	51
4.2.	A PRODUÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS.....	54
4.3.	O PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E O MATERIAL DIDÁTICO ..	54
3.5	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	54
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	56
4.1	O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EaD.	56
4.1.1	Implantação da EaD na UNIFAP	56
4.1.2	O Curso de Bacharelado em Administração Pública à Distância.	63
4.2	A PRODUÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EaD.....	68
4.2.1	Processo de Produção dos Materiais Didáticos para o curso EaD de Bacharelado Administração Pública.....	68
4.2.2	Livro Texto	71
4.3	O PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E O MATERIAL DIDÁTICO ..	75
4.3.1	Contribuição do material didático ao processo de formação	75
4.3.2	Materiais didáticos e suas dimensões	78

4.3.3	Perspectivas futuras para os materiais didáticos de EaD.....	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICES	96
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	97
	ANEXOS.....	99
	ANEXO A – Registro no Comitê de Ética da UNIFAP.....	101
	ANEXO B – Parecer Consubstanciado do CEP/UNIFAP	102

1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação no Brasil e no mundo, a busca contínua do conhecimento e as práticas de aprendizagem, tornaram-se não apenas uma questão de *status* social, mas uma necessidade humana de evolução e aprimoramento, especialmente, para viabilizar crescimento profissional e pessoal, que são fatores essenciais para melhorar o convívio na sociedade contemporânea.

Entre as políticas públicas estratégicas voltadas para promover o crescimento social, sobretudo quanto ao desenvolvimento do país, está a educação superior. Bertolin (2007) ressalta que o desenvolvimento de uma nação, a melhoria dos indicadores sociais, até mesmo o crescimento econômico do país, representado pelo Produto Interno Bruto (PIB), estão totalmente atrelados à maneira como se prioriza a educação.

Globalmente, observa-se que países com alto investimento na educação superior, possuem consequentemente baixos índices de miséria, pobreza, além de ofertarem salários mínimos mais elevados, entre outros indicadores socioeconômicos. Desse modo, “a educação superior demonstrou, no decorrer dos séculos, ampla capacidade de transformar e induzir mudanças para o progresso das sociedades e nações” (BERTOLIN, 2007, p. 473).

A tecnologia da informação acelera o ritmo das transformações nos diversos aspectos da sociedade contemporânea. Esse cenário exige que os processos formativos, como os da educação formal, sejam planejados contemplando todo aparato tecnológico informacional e de mídias. A utilização dos instrumentos tecnológicos no cotidiano social, que trouxe inúmeras modificações significativas, é resultante da incorporação tecnológica. Contudo, vale destacar que “a tecnologia não determina a sociedade: incorpora-a, mas a sociedade também não determina a inovação tecnológica: utiliza-a” (CASTELLS, 2005, p. 43).

Castells (1999) dedica-se a compreender toda a repercussão societária, a partir dessas revoluções da informação. Segundo o referido autor, a era da informação entra na vida social, influenciando aspectos significativos da cultura, das formas de produção do conhecimento, remodelando as relações de trabalho e economia, potencializando ainda mais o fenômeno da globalização.

A velocidade da evolução no âmbito das inovações tecnológicas causa inquietação para acompanhar tal crescimento. “A emergência das TIC’s, a

globalização econômica e o desenvolvimento tecnológico estão transformando o conhecimento no principal meio de produção nesse início de século XXI” (BERTOLIN, 2007, p. 473).

Entre as principais inovações e desenvolvimentos tecnológicos, sem dúvida, pode-se destacar a *internet*, que propicia a interligação multimodal entre computadores em todo mundo. As formas de comunicação diariamente se ampliam e têm reflexos em diversas frentes sociais como os processos educacionais e o acesso à informação, promovidos pela inclusão digital.

Nesse contexto, a educação a distância (EaD) surgiu como oportunidade de levar o ensino onde está o aluno, de maneira bastante diferenciada da forma tradicional. O início da modalidade EaD foi marcado pelo seu surgimento nos Estados Unidos e Europa, no final do século XIX, podendo ser considerado ainda um fenômeno recente, inicialmente por meio de cursos por correspondência, sem nenhum valor acadêmico, incorporada com o que havia de mais avançado em tecnologia.

No Brasil, estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE), sobre a educação a distância, mostram que pouco antes dos anos de 1900, já havia anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro oferecendo profissionalização por correspondência, pois o marco de referência oficial é a instalação das Escolas Internacionais, em 1904. Apesar de, em alguns momentos, a educação a distância ter ficado estagnada, devido à falta de políticas públicas para o setor, no Brasil ela foi marcada pela criação de excelentes programas, que tiveram fortes contribuições para disseminação de uma educação de qualidade, democratizada, atendendo principalmente cidadãos fora das regiões mais favorecidas (ALVES, 2007).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no artigo 80, § 1º, destaca que "o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidade de ensino, e de educação continuada" (BRASIL, 1961). A partir de então, a educação a distância ganha status de modalidade integrada ao sistema de ensino. Nessa linha, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) surgiu visando à inclusão social e educacional, por meio da oferta de educação superior à distância. Assim, O sistema de ensino UAB foi idealizado pelo Ministério da Educação, no ano de 2005, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

(ANDIFES) e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior (CAPES, 2015).

O programa UAB foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Desse modo, a modalidade ganhou reconhecimento gradualmente e está conquistando, cada vez mais, espaço na esfera educacional. Para Moore e Kearsley (2013), a educação a distância é entendida como um processo de mediação entre alunos e professores, por meio das tecnologias da informação e comunicação (TIC's). Entretanto, não há como se pensar em uma relação entre alunos, professores e demais atores envolvidos, sem olhar para os meios que irão intermediar esta relação, bem como o material didático a ser utilizado.

Neder e Possari (2001) citam algumas funções que o material didático assume nos cursos em EaD: ensinar o diálogo permanente; orientar o estudante; motivar para a aprendizagem e também para a ampliação de seus conhecimentos sobre os temas trabalhados; ensinar a compreensão crítica dos conteúdos; instigar o estudante para a pesquisa e; possibilitar o acompanhamento e avaliação do processo de aprendizagem.

Nesse contexto, o este estudo visou identificar a influência da produção de material didático no processo ensino-aprendizagem da educação a distância (EaD), do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá, turma 2013. O *lócus* desta pesquisa é o Departamento de Educação a Distância (DEAD), que gerencia a oferta de cursos nas plataformas digitais, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

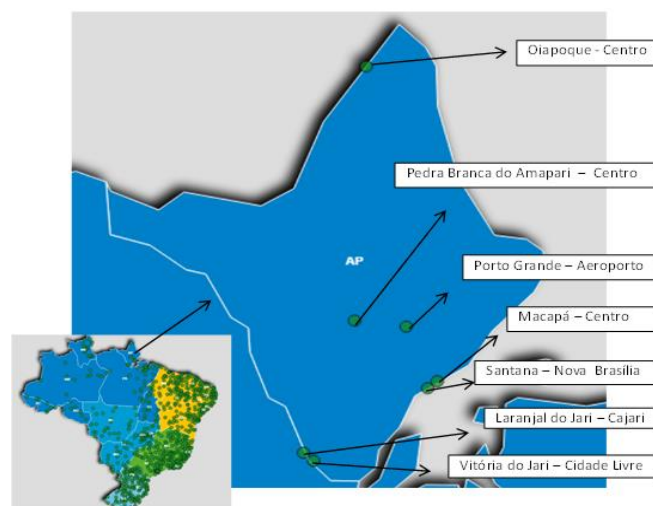
O crescimento da educação a distância, segundo dados do Censo da Educação Superior (2017), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), deve-se ao aumento do número de matrículas efetivadas na graduação nos últimos anos. Esse processo subsidia a necessidade de buscar informações em âmbito local, com fins de instigar e potencializar as reflexões dos desdobramentos das políticas públicas de educação a distância, especialmente, no cenário institucional da Universidade Federal do Amapá.

A motivação quanto ao interesse pelo tema partiu de uma primeira aproximação resultante da experiência profissional obtida como tutora a distância, por um período de dois anos consecutivos, em disciplinas do Curso de Bacharelado

em Administração Pública, do Departamento de Educação a Distância (DEAD), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), vinculada ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). A partir desse contato, ampliou-se a percepção do ensino superior, suas complexidades, grandezas e ramificações, despertando a necessidade de contribuir com a educação superior no Estado do Amapá, considerando todas as peculiaridades regionais, aspectos econômicos, sociais e culturais. Ressalta-se, que o acesso ao Estado do Amapá ocorre por vias aérea ou fluvial, não possuindo rodovias que façam interligação com outros estados, um fator que limita o deslocamento de pessoas que buscam aperfeiçoamento profissional. Essa barreira oportuniza a oferta de programas e cursos na modalidade de ensino a distância, que é no cerne desta pesquisa.

O curso de Bacharelado em Administração Pública, na modalidade a distância, foi ofertado em dois polos de apoio presencial, nos municípios de Macapá e Santana, ambos ligados à UNIFAP, que foi a instituição responsável pela implantação do referido programa. Atualmente, no Estado do Amapá existem sete polos da UAB, de acordo com dados do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), todavia a UNIFAP atua somente nos polos de Macapá – Centro, Oiapoque – Centro, Santana – Nova Brasília e Vitória do Jari – Cidade Livre. Os demais polos, como Pedra Branca do Amapari – Centro, Porto Grande – Aeroporto e Laranjal do Jari – Cajari, estão sob a coordenação do Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Figura 1 – Polos UAB no Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha da temática baseou-se na oportunidade de ampliar os estudos na área das políticas públicas de educação, especialmente na modalidade EaD, onde a atuação do professor fica restrita às horas reduzidas de aulas, em comparação com a modalidade presencial. Desse modo, despertou-se ainda, a necessidade de identificar os mecanismos que dão suporte aos alunos, tais como: equipe multidisciplinar, corpo docente, infraestrutura, material didático, entre outros. Nesse aspecto, este estudo concentrou-se em explorar o viés da produção do material didático, discutindo como uma categoria da educação a distância.

Em uma perspectiva mais ampla, esta pesquisa é relevante por contribuir com discussões atuais acerca das formas de acesso à educação, bem como por fomentar o desenvolvimento do conhecimento científico ao levantar dados, perceber mudanças de cenários e fornecer subsídios para a tomada de decisões de gestores. Outras contribuições consistem no apontamento de questões essenciais para o aperfeiçoamento e melhoria das ferramentas de gestão, sugestão de meios que possam tornar o processo de ensino superior mais eficiente e fortalecido.

Contudo, desde que foi implantado o curso de Administração Pública na modalidade de ensino à distância na UNIFAP, não foi encontrado trabalhos científicos no sentido de verificar se o material didático utilizado na referida modalidade de ensino atende os padrões exigidos nos referenciais do MEC, tampouco para mensurar o impacto da produção desses materiais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Desse modo, a abordagem deste estudo gira e torno da política pública de educação a distância, da Universidade Federal do Amapá, cujo objeto central de discussão é a produção do material didático utilizado no Curso de Bacharelado em Administração Pública, turma 2013, a fim verificar se as recomendações do MEC foram atendidas, indicar possíveis falhas e contribuir para melhor compreensão da influência do material didático na formação acadêmica dos alunos do curso. Nesse sentido, a questão de partida desta pesquisa consiste na seguinte indagação:

Qual a influência da produção de material didático no processo ensino-aprendizagem da educação a distância, na turma de 2013, do curso Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Amapá, tendo por base os Referenciais de Qualidade Para Educação Superior a Distância?

Para responder esse questionamento, objetivo desta pesquisa incide em Identificar a influência da produção de material didático no processo de ensino-aprendizagem da educação a distância (EaD) do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá, turma 2013, no que se refere à conformidade com os *Referenciais de Qualidade Para Educação Superior a Distância* instituídos pela Secretaria de Educação a Distância – MEC.

Os objetivos específicos estão organizados da seguinte maneira:

- a) Descrever como se deu a implantação da EaD na UNIFAP, em especial no Curso de Administração Pública.
- b) Descrever o processo de produção dos materiais didáticos da educação a distância no curso de Administração Pública, tendo por base os parâmetros dos Referenciais de Qualidade Para Educação Superior a Distância.
- c) Verificar as contribuições do material didático produzido para a modalidade de educação a distância para o processo de formação acadêmica de alunos que concluíram o curso de Administração Pública da UNIFAP, turma 2013.

Os *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância* é um documento elaborado pelo Ministério da Educação. Apesar de não possuir força de lei, é um referencial norteador para subsidiar atos do poder público, no que se refere aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade de EaD, tendo função indutora, tanto em termos de concepção teórico-metodológica, como de organização dos sistemas de EaD.

O curso de Bacharelado em Administração Pública à distância é gerenciado pela UNIFAP e normatizado no regimento institucional. A referida instituição conta com a parceria da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e se destina a formar profissionais com amplo conhecimento em administração pública, capazes de atuar nas esferas federais, estaduais e municipais, administrando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de maneira proativa, democrática e ética, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade amapaense e adjacências.

Esta pesquisa está estruturada em cinco seções. Na primeira seção, apresenta-se a introdução, fazendo um resgate geral do estudo. A segunda aborda o referencial teórico, explorando os elementos teóricos relacionados ao tema central

da pesquisa. Na terceira seção é apresentado o desenho metodológico, com justificativas e procedimentos adotados, tais como: natureza e tipologia da pesquisa, universo e lócus de estudo, caracterização dos sujeitos da pesquisa, instrumentos de coleta de dados e técnica de análise de dados utilizada. A quarta seção é dedicada à análise e discussão dos resultados, atendendo aos objetivos propostos pela pesquisa. A pesquisa finaliza com a quinta seção, que trata das considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda os elementos teóricos acerca do tema em discussão, a partir do levantamento do estado da arte, cujos eixos temáticos são: Aspectos Conceituais; Educação a Distância como Política Pública e Material Didático no Contexto da EaD.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS CONCEITUAIS

A temática sobre políticas públicas é frequentemente discutida em vários estudos, entretanto nem sempre essa discussão acontece de forma clara para quem não tem afinidades com o assunto. A maneira como a política é conduzida, criada ou modificada, tem influência diretamente na vida social, tanto nos aspectos pessoais como profissionais.

As políticas públicas são um conjunto de atividades, ações e programas desenvolvidos pelo Estado, para garantir direitos expressos em leis e outros mecanismos legais, visando assegurar o bem-estar da população (RUA, 2012). Assim, é uma forma de dirimir diferenças, dar oportunidades de acesso, mesmo diante da escassez de recursos, atuando na garantia de determinado direito de cidadania nos segmentos social, étnico, cultural ou econômico.

Considerando que o estudo das políticas públicas no campo educacional perpassa todos os níveis e modalidades educacionais, o objetivo desta pesquisa é verificar a educação a distância como política pública de acesso ao ensino superior, com um olhar sobre o material didático, no âmbito da Universidade Federal do Amapá. Nesta seção, que trata de políticas públicas, os assuntos estão arranjados na seguinte ordem: conceito, ciclo e atores das políticas públicas.

2.1.1 A Construção de um Conceito de Políticas Públicas

Dentre as abordagens concernentes ao estudo das políticas públicas, cada autor apresenta um entendimento diferenciado, mas com elementos relevantes que devem ser compreendido. Para Rua (2012), no estudo das políticas públicas, existem elementos que se integram: a *politics*, do termo em inglês, faz referência às políticas, aos mecanismos formais e informais, que atuam na atividade do sistema

político para buscar soluções pacíficas aos conflitos quanto aos bens públicos, dentre elas, negociações, discussões e barganha em prol dos interesses da coletividade.

Tais impasses acontecem porque parlamentares recebem atores sociais que reivindicam determinados interesses, por outro lado, também recebem outros atores que têm interesses distintos, opostos ou com objeções, para reivindicar e discutir suas pautas. Desse modo, os governantes criam grupos de trabalho para discutir o assunto e, naturalmente, diante da diversidade de interesses, há certa disputa entre os atores para compor esses grupos. Alguns representantes do Estado se manifestam a favor, outros contra.

Conforme o amadurecimento das discussões, sem gerar novos conflitos com outros atores sociais, os membros do governo, parlamentares e demais atores, fazem negociações entre eles e paulatinamente entram em acordo (RUA, 2012). E desta forma, vai-se caracterizando a atividade política como *politics*, envolvendo discussões, negociações, poder de barganha, acordos e influências diversas que induzem as decisões públicas, que devem ser pensadas prioritariamente em prol do interesse da coletividade.

O outro elemento citado por Rua (2012) é a *policy*, também no inglês, que são as políticas públicas de fato, que compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa, isto é, que se faz em poder da lei, com objetivo de destinar recursos que envolvem bens públicos, resultantes da atividade política residente na resolução pacífica de conflitos (RUA, 2012).

Por mais que as decisões sejam baseadas na lei, em se tratando de interesses da coletividade, os agentes governamentais, sob o poder imperativo do Estado, assumem o papel de administrar a atuação e a dinâmica adotada na trajetória da política pública, desde a elaboração até a efetivação.

Para Secchi (2010, p. 2), “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. De outro modo, o tratamento ou a resolução de um problema entendido como relevante coletivamente é a motivação para a criação de uma política pública.

Para um problema ser considerado público, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas. Em síntese, um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade). Por exemplo, dificilmente a falta de oportunidade de emprego

para uma única pessoa é considerada um problema público. Já o desemprego de uma categoria profissional inteira pode ser considerado um problema público. O suporte financeiro a um atleta que vai representar um país em uma competição internacional pode ser considerado um problema público, enquanto o patrocínio público das férias de luxo de um grupo de deputados dificilmente é considerado um problema público. (SECCHI, 2010, p. 7-8).

Entretanto, a decisão do Estado em considerar um problema público, parte da interpretação de seus representantes, analisando a relevância do problema para a coletividade, pois esta análise implicará na elaboração ou não de uma política pública. Desse modo, torna-se imperativo discutir políticas públicas em momentos preliminares, abrangendo não somente os atores políticos, mas também todos os envolvidos, visto como interessados.

Rua (2012, p. 17) diferencia os termos política pública e decisão política:

Figura 2 – Diferença entre política pública e decisão política

Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.	Decisão política corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.
---	---

Fonte: Adaptado de Rua (2012).

Embora uma política pública demande decisão política, como é o caso do financiamento da educação superior, reforma agrária, Sistema Único de Saúde entre outras, nem sempre o inverso ocorre, pois certas decisões políticas se caracterizam por prática natural da atuação do Estado, a exemplo da criação de um novo estado da federação (RUA, 2012, p. 18).

E mesmo que a implantação de uma política pública alcance a esfera privada, de modo algum, deixa de ser pública. “Por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são ‘públicas’” (RUA, 2012, p. 18).

Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado. (RUA, 2012, p. 18).

Para Boneti (2006), as políticas públicas envolvem questões que vão além da mera tomada de decisão, pois estão influenciadas em modelos tidos como verdade por grupos dominantes. Esses grupos geralmente participam da criação dos determinantes para implantação e avaliação das políticas, cuja essência parte de pressupostos inspirados desde a forma de como foram pensadas, ao longo de todo processo. Assim, da relação entre Estado, classes sociais e sociedade civil, que se originam os agentes definidores das políticas públicas. Boneti (2006, p. 74) conceitua políticas públicas:

[...] é possível compreender como políticas públicas as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estadual como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. (BONETI, 2006, p. 74).

Para o referido autor, esses agentes do poder, participantes da correlação de forças, não são constituídos obrigatoriamente nos momentos iniciais por representação de classe, mas “pela ordem do interesse específico, pela representação de empresas ou pela representação de organizações populares” (BONETI, 2006, p. 74). Desse modo, dependendo da afinidade de interesses entre esses grupos e classes sociais, pode-se caracterizar uma conjugação de forças e direcionar o rumo das ações.

Acerca destas concepções sobre políticas públicas, Boneti (2006, p. 9) destaca que “toda política pública é originada de uma ideia e esta de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade”. Para o autor, a palavra “princípio” traz características que vão além do seu significado literal, “o contexto de fatores determinantes que dão origem a uma ideia de política pública, como é o caso da conjugação de interesses, as inserções ideológicas, as concepções científicas, as correlações de forças sociais, etc.” (BONETI, 2006, p. 09).

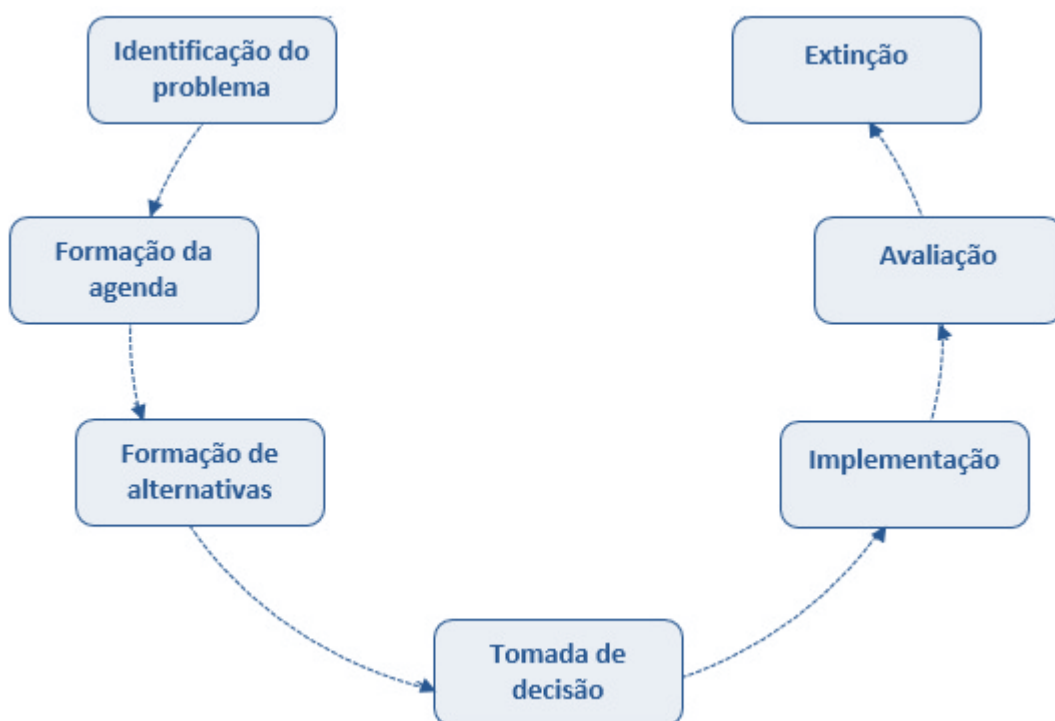
2.1.2 Ciclo das Políticas Públicas

A forma como se desdobra o processo das políticas públicas, desde o momento em que é pensada, até sua finalização, é conhecida como ciclo de

políticas públicas, do inglês *policy cycle*. Segundo Secchi (2010), o ciclo de políticas permite auxiliar na organização das ideias e simplificar a percepção de políticos, administradores e pesquisadores, quanto à complexidade de uma política pública, além de criar um referencial comparativo para casos diversificados. “É um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (SECCHI, 2010, p. 33).

De maneira geral, Secchi (2010) entende que o ciclo das políticas públicas está compreendido em sete fases principais: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção, conforme figura 3.

Figura 3 – Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Adaptado de Secchi (2010), elaborado pela autora.

Para o referido autor, o primeiro momento das políticas públicas é a identificação do problema, que nem sempre parte de uma deterioração da situação em que se encontra, mas também da melhoria dessa situação em dado contexto. Por exemplo, “a falta de acesso pavimentado de um pequeno município à malha viária estadual passa a ser percebida como um problema relevante a partir do

momento em que o município vizinho é contemplado com esse tipo de obra” (SECCHI, 2010, p. 34).

Secchi (2010) cita três questões relevantes para a identificação problema: percepção, a partir do momento em que toma a consciência dos atores relevantes; a definição do problema: que atribui à delimitação de sua essência, que direciona as questões norteadoras para apontar o conjunto de suas causas, implicações, culpados, etc.; avaliação da possibilidade de resolução: neste caso, necessita que o problema tenha potencial solução, seja exequível.

Caso algum ator político tenha interesse na resolução de tal problema, ele poderá lutar para que entre na lista de prioridades de atuação. Essa lista é conhecida como agenda. A agenda é uma gama de problemáticas consideradas relevantes para o contexto das políticas públicas (SECCHI, 2006).

Para Rua (2012), a etapa de formação da agenda anda junto com a identificação do problema político, pois quando uma situação começa a ser reconhecida e discutida com tal, passa a compor as atividades das autoridades dentro e fora do governo.

Vale ressaltar, que a permanência desses problemas na agenda podem sofrer influência de fatores diversos, ou mesmo, nem entre na lista de prioridades. De acordo com Subirats (1989 apud Secchi, 2010, p. 36), “a limitação de recursos humanos, financeiros, materiais, a falta de tempo, a falta de vontade política ou a falta de pressão popular podem fazer com que alguns problemas não permaneçam por muito tempo, ou nem consigam entrar nas agendas”.

Depois de detectado o que foi definido pelas autoridades do governo ou autoridades externas na agenda, passa-se à etapa de formulação de alternativas, onde serão discutidas as possibilidades para sanar o problema ou criar caminhos para melhoria das situações. Nessa fase, “os atores começam a apresentar propostas para sua resolução” (RUA, 2012, p. 35).

Segundo Secchi (2010, p. 37), nesta etapa de criação de alternativas, serão pensados os métodos, programas, estratégias ou ações que poderão atingir os objetivos estabelecidos, que podem ser alcançados de inúmeras formas e por variados caminhos, bem como os custos e benefícios de cada alternativa.

Para Secchi (2010, p. 37), o estabelecimento dos objetivos requer que os analistas de políticas públicas e atores envolvidos sintetizem os resultados esperados da política pública, que podem ser elaborados de maneira mais solta (por

exemplo, melhorar a assistência do município, diminuir o nível de desemprego) ou de maneira mais amarrada (por exemplo, reduzir em 20% o número de sequestros, no município X, nos próximos seis meses). Quanto mais claros e concretos estão os objetivos, melhor serão identificados os resultados e observada a eficácia da política pública.

Depois de formuladas as alternativas, as possibilidades, custos aproximados, possíveis resultados e benefícios, dá-se o passo para a fase da tomada de decisão, onde é escolhida a melhor alternativa, levando em consideração todas as informações que foram levantadas anteriormente.

Secchi (2010, p. 40) explana que o processo de tomada de decisão acontece no momento em que os interesses dos atores são apreciados, sendo eleita a alternativa que se enquadra para a solução de determinado problema público. Diante disso, são expostas as intenções e esclarecido como o problema será combatido.

O autor Secchi (2010) também traz o entendimento de que existem três formas de compreender a escolha das alternativas: a primeira é quando os tomadores de decisão tem um problema e buscam uma alternativa para sua resolução; o segundo acontece quando os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às soluções e vice versa, por processo simultâneo entre o nascimento do problema, o estabelecimento de objetivos e a busca de soluções; o terceiro ocorre quando os tomadores de decisão buscam os problemas, propondo soluções, por meio da discussão do problema, a partir da opinião pública, a fim de que as alternativas de solução se transformem em políticas públicas.

Embora o cerne desta fase seja de escolha, Rua (2012) argumenta que nem todas as deliberações referentes à política pública são realizadas nesta etapa, sendo possível chegar a uma definição do núcleo da política pública que está sendo planejada, cujas decisões envolverem aspectos mais complexos.

Sucedendo a fase de tomada de decisão, será dado prosseguimento a fase de implementação, onde a finalidade é colocar em prática o que foi planejado em momentos anteriores, sendo momento em “que são produzidos os resultados concretos da política pública” (SECCHI, 2010, p. 44).

A importância de estudar a fase de implementação está na possibilidade de visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo nas

diversas áreas de políticas públicas (saúde, educação, habitação, saneamento, políticas de gestão etc.). Mais do que isso, estudar a fase de implementação também significa visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, otimismo exagerados. (SECCHI, 2010, p. 45).

O que se propõe nesta etapa, de acordo com o referido autor, é que seja iniciado o processo de execução da política pública, propondo sua idealização, observando questões que não foram previstas em seu planejamento, nem nas fases que antecederam sua realização, mas que possam ser detectadas por estar diante do contexto em que a política pública está sendo inserida, além de visualizar erros de decisões, má formulação de objetivos, entre outros diagnósticos.

Nesta fase, Secchi (2010) explana sobre dois modelos de análise do processo de implementação, que podem tomar forma de pesquisa, cujo foco está nos elementos, nas relações e no desenvolvimento temporal, caracterizando-se por objetivos mais descritivos. O outro pode tomar forma de pesquisa avaliativa, tendo objetivos mais práticos, nos quais se observam os erros e acertos na implementação da política pública.

Sabatier (1986 apud Secchi, 2010, p. 46-48) aponta que há basicamente dois modelos conhecidos, o modelo *top-down* (de cima para baixo), onde salienta a separação entre o momento da tomada de decisão e o momento de implementação, defendendo que as políticas públicas devem ser criadas e deliberadas pela esfera política e que sua implementação é mera competência administrativa de encontrar formas para executar os fins estabelecidos. É utilizado como tática da classe política para “lavar as mãos” em relação aos insucessos da fase de implementação.

Existe também o modelo *bottom-up* (de baixo para cima), que dá maior liberdade aos burocratas e à rede de atores, podendo modificar e remodelar a implementação da política pública, que posteriormente é legitimada pelos tomadores de decisão. Isso é entendido como necessidade daquele que se depara na prática com os problemas da implementação e não como um desvirtuamento de sua função.

Com relação aos burocratas, Boneti (2006) afirma que se trata de possuidores de poder político, por estabelecerem compromissos com organizações da sociedade civil, que por sua vez, podem exercer influência no momento de criação das políticas públicas, especialmente exercendo pressão na hora da definição prática das ações que sejam mais favoráveis, no tipo de política e no tempo de permanência nas mãos de técnicos. “E nesse sentido, não se pode

descartar a influência do contexto global na fase da operacionalização das políticas públicas” (BONETI, 2006, p. 68).

A implementação também envolve outras questões que, segundo Secchi (2010), são postas a prova, como liderança e coordenação de ações. Nesse momento, detentores de funções administrativas mostram seu potencial de análise de cenário da seguinte forma: entendendo fatores motivacionais dos atores envolvidos; obstáculos técnicos; conflitos potenciais; falhas de organização; intermediar a coordenação entre implementadores; cooperação dos destinatários; gerenciamento da participação de atores políticos não estatais, como por exemplo, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros, etc.; além de outros elementos que podem estar presentes na operacionalização das políticas públicas.

Conforme destaca o autor, “a fase de implementação é aquela em que a administração pública reveste-se de sua função precípua, a de transformar intenções políticas em ações concretas” (SECCHI, 2010, p. 46).

Seguindo o rito das etapas, segundo Secchi (2010), a fase em foco é a avaliação que, com base na implementação, acontece em três momentos: *ex ante* (anterior a implementação), a avaliação *ex post* (posterior a implementação) e a avaliação *in itinere*, que ocorre durante o processo de implementação, para fins de ajustes imediatos. Segundo o referido autor, é na avaliação que se visualizar melhor o processo de implementação e o desempenho da política pública, especialmente por verificar o nível de redução do problema que a gerou. Essa avaliação é compreendida pela definição de critérios, indicadores e padrões.

Os principais critérios usados para avaliações, conforme destaca Secchi (2010), são: economicidade, eficiência econômica, eficiência administrativa, eficácia e equidade. Esses critérios abastecem o avaliador de parâmetros para julgar se uma política pública funcionou bem ou mal e são operacionalizados por meio de indicadores. Os indicadores são artifícios que podem ser criados para medir *input*, *output* e *resultados (outcome)*. Na definição do autor,

Inputs são relacionados a gastos financeiros, recursos humanos empregados ou recursos materiais utilizados; já os indicadores *output*, são relacionados à produtividade de serviços/produtos, como a quantidade de buracos tapados nas estradas, quantidade de lixo coletado, etc. e os indicadores de resultado são relacionados aos efeitos da política pública sobre os *policytakers* e a capacidade de resolução ou mitigação do problema para o qual havia sido elaborada. Em resumo, os indicadores de

input medem esforços, e os indicadores de *output* e resultados medem realizações. (SECCHI, 2010, p. 50).

Os padrões a serem seguidos, com base em Secchi (2010), dão a referência comparativa em relação aos indicadores, sendo os principais: padrões absolutos, que são metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas antes da implementação; padrões históricos, que são descrições ou valores que puderam ser observadas em períodos anteriores, facilitando o levantamento de informações a comparar sobre declínio ou melhora da política pública; e padrões normativos, que são metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um padrão ideal.

Dessa forma, a avaliação da política pública é uma etapa que acaba sendo influente no direcionamento da política, pois com base nos levantamentos realizados, informações obtidas e comparações, os atores políticos, com objetivo de melhorá-la, terão maior percepção e estarão munidos de dados concretos para esta análise e, posteriormente, dar seus encaminhamentos.

Secchi (2010) destaca que a avaliação pode levar a três situações: a continuação da política pública, nos casos de apresentar problemas de implementação de pequeno porte; reestruturação marginal de aspectos práticos da política pública, nos casos em que os problemas de implementação existem, mas que não comprometem a política pública, por não serem suficientemente graves; e a extinção da política pública, nos casos em que os problemas que deram origem a política pública foram resolvidos, ou quando os problemas de implementação são insuperáveis, ou se tornou inútil pelo natural esvaziamento do problema.

Para Souza e Secchi (2015), a fase que extingue a política pública, caracteriza-se como etapa derradeira de seu ciclo ou processo, em que ela é descontinuada ou substituída. O que implica dizer, que as políticas públicas estão suscetíveis à realidade e viabilidade do cenário, tanto nos casos em que já atingiram seu objetivo, ou se tornaram ineficazes, ou mesmo nos casos em que se perderam no caminho, por inúmeros entraves que podem sofrer diante do contexto em que estão inseridas.

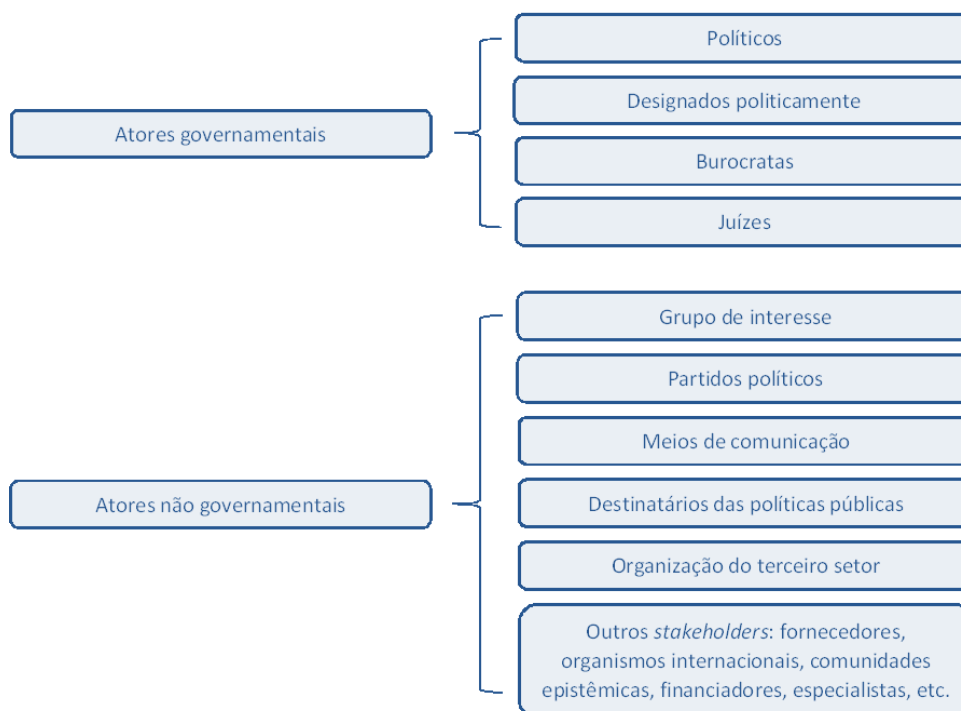
Por essa razão, a necessidade de acompanhamento e controle são fatores que dão fundamento para sua existência, pois acabam por ter a incumbência de dar *feedback* aos atores e beneficiários envolvidos, além de mostrar-lhes se realmente há motivos suficientes para sustentar a continuidade da política ou a extinção, evitando desperdício e desvirtuamento do aparelho estatal.

Não obstante, são inúmeras as situações que as políticas públicas enfrentam para chegar às mesas de discussões, entrar na agenda, obter recursos financeiros, de pessoal, ou mesmo, obter força política ou de grupos influentes nos momentos decisivos. Esses sujeitos, presentes no processo de políticas públicas, são denominados também como atores.

2.1.3 Atores no Processo das Políticas Públicas

Embora existam atores específicos, que têm funções definidas e alinhadas dentro do processo das políticas públicas, também existem outros atores, conhecidos como não estatais, mas que influenciam no direcionamento das políticas públicas no decorrer de sua tramitação. Neste tópico serão levantados os atores que se enquadram dentro de ambas as características, denominados por Secchi (2010) como: atores governamentais e atores não governamentais, conforme figura 4.

Figura 4 – Principais atores das políticas públicas



Fonte: Secchi (2010).

Dentre os atores governamentais, segundo Secchi (2010), encontram-se os políticos, designados politicamente, burocratas e juízes. Já entre os atores não

governamentais, estão os grupos de interesse, os partidos políticos, os meios de comunicação, os destinatários das políticas públicas, organizadores do terceiro setor e outros *stakeholders* (fornecedores, organismos internacionais, comunidades epistêmicas, financiadores, especialistas etc.).

Na categoria de atores governamentais, os políticos são de fundamental importância no processo de definição de políticas públicas, pois quando estão investidos em cargos eletivos, possuem legitimidade para propor políticas públicas de grande impacto social, podem identificar os problemas públicos e definir as políticas públicas adequadas para solucioná-los (SECCHI, 2010).

Os designados politicamente são os investidos em função de confiança (acessíveis privativamente aos servidores públicos de carreira, escolhidos pelo critério de confiança para cargos de chefia, direção e assessoramento), como também os investidos de cargos comissionados (caracterizados por serem de livre nomeação e exoneração, que os políticos podem oferecer a militantes, pessoas de confiança e técnicos que colaboraram na promoção da candidatura). Para evitar prejuízos para administração e gerar ganhos de imagem, os políticos devem encontrar um equilíbrio entre indicações de caráter técnico e indicações de caráter político (SECCHI, 2010).

Os burocratas, em uma conotação das ciências políticas, são funcionários que detêm a missão de manter o serviço público funcionando, de forma que os ciclos eleitorais não interfiram na administração pública ativa (SECCHI, 2010). O modelo organizacional burocrático, idealizado por Max Weber,

Deve ser preenchido por um corpo de pessoas qualificadas tecnicamente, com atuação politicamente neutra e em benefício do bem coletivo. Também faz parte do ideal weberiano a atuação eficiente da burocracia, em que as tarefas são executadas de acordo com prescrições normativas. Implícita na visão weberiana está a interpretação de que o trabalho do **burocrata** deve ter o mínimo de discricionariedade, de forma a evitar corrupção, favoritismos ou desvirtuamentos dos interesses coletivos. (SECCHI, 2010, p. 83).

No entendimento do autor, os burocratas devem atuar de forma imparcial em relação às benfeitorias que as políticas públicas trarão à coletividade, agindo estritamente conforme orientações expressas em lei ou normas que as direcionam, dentro dos critérios de discricionariedade.

Boneti (2006, p. 68) caracteriza os burocratas como técnicos responsáveis pela operacionalização das políticas públicas, encarregados de

transformá-las em projetos de intervenção na realidade social com medidas administrativas ou com investimentos. O autor destaca que pouca atenção é dada a importância desta categoria e sobre a definição final das políticas públicas, porém reconhece que eles detêm poder político, podendo até se igualar a dos definidores das políticas públicas, que na maioria das vezes sua relação com os grupos dominantes se dá pelo vínculo de obediência, por vezes de forma aparente, pois o burocrata estabelece compromissos com alguns grupos sociais da sociedade, que, assim como podem influenciar no momento em que as políticas públicas estão sendo criadas, também podem exercer pressão sobre esses técnicos no momento da definição prática de ações, assim como no tempo que permanecem em suas mãos.

Os juízes, segundo Secchi (2010, p. 86), tem o papel de interpretar de forma justa a lei, especialmente as que envolvem os atores do processo de implementação das políticas públicas. Esses magistrados detêm a prerrogativa de emitir decisão judicial ou tornar pública a interpretação sobre determinada norma legal. Apesar das políticas públicas encontrarem-se detalhadas quanto aos aspectos legais, esses servidores públicos atuam nos vácuos legais da interpretação jurídica, tornando-se protagonistas no estabelecimento dessas políticas.

Sobre os grupos de interesses inseridos no aspecto de atores não governamentais, segundo Secchi (2010), também são conhecidos como grupo de pressão, que pode ser visto de duas formas distintas: a primeira como patologia do sistema democrático, que pode gerar conflitos entre as partes envolvidas, especialmente por razões de injustiça ou desigualdade, exemplo, sindicato de trabalhadores *versus* sindicatos patronais. A segunda forma reside no senso de justiça e na prevalência de interesses que agregam mais consensos.

O grupo de interesse, para Cotta, Delta Porta e Morlino (2001, p. 151 apud Secchi, 2010), “é um grupo de pessoas organizadas voluntariamente que utiliza recursos para influenciar decisões e políticas públicas”. Estão divididos em grupos grandes e pequenos, caracterizados por se organizarem de forma mais efetiva, pelo número de membros. Os grupos pequenos apresentam baixo custo na coordenação de pares e ações, como grupos industriais, grandes produtores agrícolas e outros, enquanto que os grupos grandes sofrem com elevadas despesas na organização de seus membros, além da dispersão territorial.

Dentre as peculiaridades dos grupos de interesse, existem os que são formais, como: colegiados profissionais, associações comerciais e sindicatos. Entre os que não são formais: os movimentos feministas, movimentos dos sem-teto, grupos ambientalistas e outros.

Os partidos políticos, conforme abordado por Secchi (2010), são organizações constituídas exclusivamente de modo formal, registradas em órgão competente, dependem de recursos financeiros para o desempenho de suas atividades. Tais recursos são patrocinados “por grupos de interesse, indivíduos, organizações, membros do partido político e o próprio governo” (SECCHI, 2010, p. 89). Os partidos políticos têm o papel de formular e avaliar as políticas públicas, buscando influenciar nas decisões governamentais, além de fiscalizar a atuação de aliados e opositores.

Nesse contexto, a mídia assume papel importante na propagação das informações, pois é um fator de preservação da própria democracia. Os meios de comunicação exercem “papel de controle sobre a esfera política e a atuação da administração pública, realizando jornalismo investigativo, denunciando corrupção e apontando as melhores práticas” (SECCHI 2010, p. 90).

Os problemas são mais percebidos pela população quando são divulgados pelos diversos meios de comunicação. Secchi (2010) destaca que a mídia acaba tendo certa liberdade de apontar ou mesmo ignorar os problemas públicos que julgar relevantes ou não, seja pelo próprio interesse do grupo de comunicação, pela baixa audiência na veiculação do problema, dentre outros. Isso apresenta forte influência na opinião pública, tornando-se um difusor de interpretações de sucessos ou insucessos das políticas públicas. A tomada de decisão por eleitores, políticos e governantes se vincula à forma como o desempenho da administração pública e das políticas públicas foram veiculados.

Organizações, grupos e indivíduos destinatários das políticas públicas recebem a nomenclatura de *policytakers* (SECCHI, 2010). Segundo Regonini, (2001 apud Secchi, 2010), os destinatários geralmente são rotulados como atores passivos das ações das políticas públicas, porém cada vez mais ganham evidência por se apresentarem como ativistas na internet (*websites*, *blogs*, redes sociais), articuladores de interesse coletivos, formadores de opinião e membros de redes de políticas públicas. Assim, a opinião pública acaba por fazer julgamentos coletivos sobre determinado tema, que ao serem levantados, são capazes de influenciar as

escolhas públicas. Contudo, a distância de localização, as diferenças de opinião e a capacidade de organizar recursos podem ser fatores prejudiciais à organização coletiva desses grupos e entraves para a conquista de interesses.

No terceiro setor localizam-se as organizações privadas e sem fins lucrativos, que atuam em áreas sociais onde a ação estatal é escassa ou inexistente, tais como: saúde, educação, meio ambiente, cultura e proteção de minorias (SECCHI, 2010). Essas organizações diferenciam-se dos grupos de interesse por articularem suas ações na busca por interesses coletivos (externo ao grupo), uma vez que os grupos de pressão buscam somente seus próprios interesses.

Dentre os *stakeholders*, identificam-se os fornecedores, especialistas, organismos internacionais, comunidades epistêmicas, financiadores. Todas essas partes interessadas influenciam no processo de elaboração de políticas públicas.

2.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Para avançar na seara das políticas públicas de educação a distância, é imprescindível discutir a categoria maior chamada políticas públicas educacionais. Essa política é parte de uma totalidade maior, devendo-se pensar sempre de modo articulado, aproximando o planejamento e a construção de projetos à necessidade da sociedade, de forma global, para ganhar mais visibilidade ao ponto de chamar a atenção do Estado. O referido projeto deve ser construído por forças sociais que possuem poder de voz e decisão, para fazer jus aos seus interesses nos direcionamentos dos recursos governamentais, influenciando diretamente na formulação e implementação das políticas públicas (AZEVEDO, 2004).

Embora as políticas públicas educacionais se constituam de questões socialmente problematizadas, conforme descreve Azevedo (2004), as transformações em diversas áreas do conhecimento e os avanços nos sistemas de comunicação, favorecem e impulsionam novos mecanismos utilizados para o ensino e aprendizagem.

2.2.2 Definindo Educação a Distância

O termo utilizado neste estudo é educação a distância, pois consiste na terminologia comumente constante na literatura da área. Uma das bases teóricas

desta pesquisa consiste na obra “Educação a Distância, o estado da arte” organizada pelos autores Litto e Formiga (2009), que afirmam inexistir práticas científicas rigorosas como “o estabelecimento de definições precisas de fenômenos nessa área, cujos periódicos ‘científicos’ revelam o uso de termos que se sobrepõem” (LITTO; FORMIGA, 2009, p. 14).

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, apresenta a seguinte definição para educação a distância:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005).

A Resolução nº 1, de 11 de março de 2016, da Câmara Superior de Educação do Conselho Nacional de Educação complementa com a subscrição:

Art. 2º Para os fins desta Resolução, a educação a distância é caracterizada como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva integração e complementariedade entre a presencialidade e a virtualidade “real”, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos. (MEC, 2016. grifo nosso).

Desse modo, a educação a distância deve ser vista como instrumento legal, incluindo pontos que expõem a preocupação dos governantes em aperfeiçoar essa modalidade de ensino, tais como: a inserção de pessoal qualificado, política de interação e articulação, complementando-se ao ensino presencial, além de políticas de acesso, para tornar o processo mais democrático.

A modalidade de educação a distância é considerada como um aprendizado programado, que geralmente ocorre em lugar distinto ao local do ensino, deste modo, requer técnicas especiais de desenho de curso e de instrução, bem como métodos especiais de comunicação por diversas vias tecnológicas e disposições que possuam arranjos organizacionais e administrativos (MOORE; KEARSLEY, 2010).

A ideia básica de educação a distância “é muito simples: alunos e professores estão em locais distintos durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam” (MOORE; KEARLSLEY, 2010, p. 1). Contudo, estando em locais distintos, passam a depender de algum tipo de tecnologia para interagir e trocar informações. Essa modalidade de educação necessita de mediação entre alunos e professores, por meio das tecnologias de informação e comunicação (MOORE; KEARSLEY, 2010).

Desse modo, as plataformas de ensino a distância, que são *softwares* desenvolvidos para dar suporte ao processo ensino-aprendizagem, estabelecem ligação entre os envolvidos, incluindo ferramentas que visam ajudar ao professor a organizar, construir e gerenciar disciplinas ou cursos *on-line*, além de disponibilizar ferramentas que servem de apoio para o aluno no referido processo (ROSINI, 2013).

Embora a educação a distância seja beneficiada pelo processo de implementação de novas tecnologias, sobretudo, no âmbito da comunicação e aprendizagem, duas reformas são necessárias aos atuais processos de educação e formação vigentes, pois são fundamentais para aclimação dos dispositivos e do “espírito” da EaD no cotidiano da educação (ROSINI, 2013). A primeira reforma refere-se a determinadas técnicas de ensino a distância, que incentivam um novo estilo de pedagogia, favorecendo tanto as técnicas de aprendizagens personalizadas, como coletivas. Assim, o professor carrega não somente o papel de ser fornecedor do conhecimento, mas também instigador da inteligência coletiva de seus alunos. A segunda reforma citada está relacionada ao reconhecimento das experiências adquiridas (ROSINI, 2013).

A educação a distância representa quebra paradigmas, especialmente quanto à produção do saber e a sua transmissão, pois assim como a educação presencial, pauta-se na formação de cidadãos. Como proposta alternativa do processo ensino-aprendizagem, a educação a distância “significa pensar em um novo modelo de comunicação, capaz de fundamentar e instrumentalizar a estratégia didática, o que se faz necessário porque muitos sistemas de EaD deturpam e distorcem a comunicação” (ROSINI, 2013, p. 62).

A comunicação entre os envolvidos deve ser clara e objetiva, em especial a interação entre professor e aluno. Essa interação é relevante para o processo de ensino-aprendizagem do ensino a distância, pois acrescenta qualidade e viabiliza o aprendizado (ROSINI, 2013).

A relação professor-aluno e o diálogo entre os participantes do curso, mesmo a distância, é uma atividade valiosa, pois evita o isolamento e mantém o processo mais instigante, motivador, e facilita a interdisciplinaridade e adoção de atitudes de respeito e solidariedade (NEVES, 2003). Os cursos a distância devem prover momentos presenciais, cuja periodicidade deve ser determinada pela natureza da área do curso ofertado, pois o contato dos alunos com professores, técnicos de apoio e colegas de turma, incentiva a continuidade e proporciona maior familiaridade.

A modalidade de ensino a distância é um método de transmitir conhecimento, competências e atitudes, fundamentados pelos princípios organizacionais e pela fragmentação da tarefa, utilizando-se de meios técnicos, com o intuito de reproduzir material de ensino de alta qualidade, tornando-se possível a instruir um grande número de alunos ao mesmo tempo, ou seja, “é uma forma industrializada de ensino e aprendizagem” (BELLONI, 2009, p. 27).

Nessa reflexão, evidencia-se a responsabilidade que tem a produção de material de ensino com qualidade e os meios tecnológicos, pois são intermediadores no processo de ensino-aprendizagem, tendo a incumbência de levar conhecimento a um grande número de estudantes.

A discussão sobre o público do ensino a distância acontece de modo consensual na literatura. Dentre os alvos da educação a distância, encontra-se o público adulto, que possivelmente está inserido no mercado de trabalho e dispõe de tempo para estudar, com o intuito de complementar sua formação ou fazer um novo curso (NUNES, 2009). Esse tipo de aluno, diante da disponibilidade de material didático de alta qualidade, poderá desenvolver seus estudos do início ao fim também com qualidade, organizando-se conforme o tempo disponível para concluir as tarefas avaliativas.

No entanto, a demanda dessa modalidade de ensino “clientela não convencional”, também inclui adultos que trabalham, porém não podem deixar suas casas, pessoas com deficiências físicas, e ainda, as populações das áreas dispersas ou distantes de instituições de ensino (NUNES, 2009).

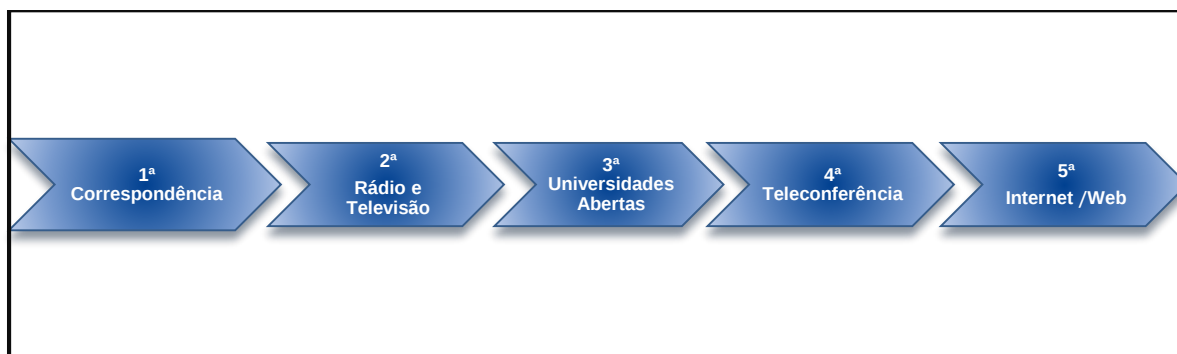
Nessa linha, “a EaD visa prioritariamente a populações adultas que não têm possibilidades de enfrentar uma instituição de ensino convencional, presencial, e que têm pouco tempo disponível para dedicar a seus estudos” (BELLONI, 2015, p. 49). Vale ressaltar, que tal clientela da educação aberta e a distância, geralmente,

trabalha e acaba estudando em tempo parcial e mais reduzido. Impulsionado pelos avanços tecnológicos e pela necessidade de ter seu próprio tempo e ritmo de aprendizagem, o público adulto vem se tornando uma demanda cada vez mais crescente na educação a distância (ROSINI, 2013).

2.2.3 Histórico de Evolução da Educação a Distância

Este tópico visa demonstrar como foi o processo de evolução da educação a distância até chegar ao momento atual da EaD. Essa modalidade de ensino percorreu longo caminho, cercada de expectativas para cada novo instrumento implantado, algumas frustradas. Todavia, sem esses experimentos e tentativas, para se chegar a um método que abrangesse todas as necessidades peculiares do ensino a distância, possivelmente não conquistaria amadurecimento e reconhecimento.

Figura 5 – As cinco gerações da educação a distância



Fonte: Adaptado de Moore e Kearsley (2010).

Segundo levantamentos de Moore e Kearsley (2010), a educação a distância evoluiu ao longo da história, percorrendo diversas gerações. A primeira ocorreu quando o meio de comunicação era o texto e as instruções eram dadas por correspondência, que também poderia ser chamado estudo em casa, pelas escolas com fins lucrativos e estudo independente pelas universidades. A segunda geração se utilizou do rádio e da televisão, o rádio surgiu como uma nova tecnologia no século XX, onde muitos educadores de departamentos de extensão das universidades reagiram com otimismo e entusiasmo, no entanto o rádio como tecnologia de divulgação não fez jus às expectativas e, nesse momento, a televisão

educativa, no ano 1934, já estava se desenvolvendo, transmitindo temas do tipo higiene oral e astronomia.

A terceira geração, segundo Moore e Kearsley (2010), refere-se à universidade aberta, entre os períodos de 1960 a 1970. Foi um período de grandes mudanças na educação a distância, resultando de diversas experiências, com novas tecnologias e de recursos humanos, formulando novas teorias na educação. A quarta geração, ocorrida nos anos de 1980, era baseada na tecnologia de teleconferência, que atraiu um número maior de educadores e formadores de política, por ser uma aproximação da visão tradicional da educação de sala de aula, na contramão dos modelos de educação por correspondência ou universidades abertas, em que o ensino era direcionado a pessoas aprendiam sozinhas.

A última geração se refere à oferta de aulas virtuais baseadas no computador e na internet, onde as classes eram virtuais e *online*, com uso da internet. Assim, obtiveram-se bons resultados e interesses em escala mundial pela educação a distância, a partir de métodos construtivistas de aprendizado em colaboração, na convergência entre texto, áudio e vídeo, em uma única plataforma de comunicação.

2.2.4 Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância constituem-se em um importante documento que está preconizado no § 1º da Resolução nº 1, de 2016, do Conselho Nacional de Educação (CNE), como parâmetros que norteiam o ensino superior na modalidade à distância. A Resolução recomenda que a modalidade EaD deve compor a política institucional das Instituições de Ensino Superior (IES), por meio de previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).

A primeira versão dos Referenciais de Qualidade para educação a distância foi elaborada em 2003, no entanto, dada a necessidade de atualização do documento, tendo em vista a dinâmica do setor e a renovação da legislação, uma comissão de especialistas foi montada para realizar as mudanças no referido documento, em 2007. A versão preliminar da atualização foi submetida à consulta

pública ainda no ano de 2007, onde foram recebidas mais de 150 sugestões e críticas, com a maioria sendo incorporada.

Atualmente, os Referenciais de Qualidade circunscrevem-se no ordenamento legal vigente, observando as determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 10 de janeiro de 2007.

Embora seja um documento que não possui força de lei, é um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se refere aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade a distância. As orientações contidas no documento tem função indutora, não só em termos de concepção teórico-metodológica da educação a distância, mas também da organização de sistemas de EaD no Brasil.

Nesse sentido, esta pesquisa voltou-se a explorar os Referenciais de Qualidade como principal parâmetro norteador da educação superior a distância, no que se refere à qualidade do ensino nessa modalidade que, embora possua características, linguagem e formato próprios, exige administração, desenho metodológico, recursos tecnológicos, infraestrutura, pessoal, acompanhamento e avaliação, cuja relevância encontra-se nas discursões políticas e pedagógicas dentro de um contexto educacional.

No momento da elaboração do projeto pedagógico de um curso superior à distância, precisa-se do compromisso institucional para garantir um processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica, para o mundo do trabalho, e a dimensão política, para a formação do cidadão. Essas dimensões conter todos os aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura, de conformidade com os Referenciais da Qualidade.

As categorias mencionadas são as seguintes: concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; sistemas de comunicação; material didático; avaliação; equipe multidisciplinar; infraestrutura de apoio; gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira. Este estudo se limitará à categoria de materiais didáticos, especialmente aos assuntos relacionados ao processo de elaboração.

2.3 MATERIAL DIDÁTICO NO CONTEXTO DA EAD

Considerando os pressupostos da EaD (BELLONI, 2015), sobretudo, a mediação entre os envolvidos por intermédio das tecnologias, ressalta-se que o material didático em relação ao ensino a distância, pelo fato de dispensar a relação face a face, necessita estar em um processo constante de interlocução, apesar da distância física do aluno, devendo o diálogo ser permanente (NEDER, 2003). Assim, o material didático é um dos instrumentos principais nesse processo de comunicação contínuo. A elaboração deve ser pensada a partir de um projeto pedagógico, com uma proposta curricular clara.

Desse modo, “por trás de cada material se esconde uma visão de educação, de matemática, do homem e de mundo; ou seja, existe, subjacente ao material, uma proposta pedagógica que o justifica” (FIORENTINI; MIORIM, 1990, p. 2). Outra questão fundamental consiste na observância dos professores no momento em que elaboram o material didático, no sentido de estruturar seus discursos considerando os interesses e expectativas dos alunos. Devem reforçar que, no processo de elaboração,

as mensagens devem ser motivadoras, inteligíveis. Devem trazer um equilíbrio dialógico entre o conhecimento cotidiano e conhecimento científico, entre conteúdos disciplinares e conteúdos transversais, levando em conta o saber (conhecimento de fatos, conceitos, teorias, princípios, fundamentos, nomenclaturas, personagens etc.); o saber fazer (domínio de habilidades); o saber ser (desenvolvimento de atitudes e valores); o saber fazer junto (interações cooperativas com outros atores sociais). (FIORENTINI; MORAIS, 2000).

Assim, a linguagem do texto para EaD deve apresentar estilo coloquial; relação dialógica; personalização; presença do narrador; clareza e simplicidade. (GUTIERREZ; PRIETO, 1994). Principalmente, por compreender que a presença do professor se limita as poucas horas para esclarecimentos e interação.

Essa argumentação corroboram as normas que direcionam os caminhos das políticas públicas de educação a distância, no tocante aos mecanismos utilizados no processo ensino-aprendizagem, bem como quanto ao material didático empregado na modalidade de educação a distância, como um instrumento de intermediação na efetivação e materialização desta política educacional. O material didático aparece como um dos elementos centrais de mediação entre sujeitos da prática pedagógica (NEDER; POSSARI, 2009).

À medida que a educação a distância vai se modernizando, volta-se atenção para a qualidade do ensino. A conduta relativa às práticas e mecanismos de aplicação também sofrem essa pressão, resultando em um aperfeiçoamento contínuo e criação de métodos de avaliação mais específicos e flexíveis às necessidades dos alunos ou de sua localidade.

Nesse contexto, o Referencial de Qualidade, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), preconiza que o material didático,

[...] tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento. [...] Em consonância com o projeto pedagógico do curso, o material didático, deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo. (BRASIL, 2007, p. 13).

De fato, todos os mecanismos que atuam na disseminação do ensino, no caso específico o material didático para o ensino a distância, têm função relevante para o processo, pois se trata de um trabalho conjunto, que deve estar alinhado e em conformidade com princípios básicos e instrumentos norteadores.

A modalidade de EaD somente se consolidará quando o poder público assegurar condições adequadas de regulação e supervisão, promovendo o avanço em pesquisas inovadoras e trabalhando para que essa modalidade de ensino seja efetivada de maneira harmônica e sustentável (LITTO; FORMIGA, 2009). Assim, os avanços das novas tecnologias de comunicação e outros multimeios favorecem a educação a distancia, pois ampliam suas possibilidades, “promovendo uma efetiva democratização do acesso à informação, à cultura e ao ensino programado” (NISKIER, 1999, p. 87).

Nesse contexto, o uso de ferramentas para a EaD, que envolvam computadores, internet, CD, DVD, da hipermídias e multimídias favorecem significativamente a construção de um processo de educação mais eficiente e eficaz (MASETTO, 2009). Pode-se perceber também, que canais como *chats*, grupos ou listas de discussão, entre outros recursos e linguagens digitais usuais, tornam esse processo pessoal, familiar e mais próximo da rotina de estudos do aluno.

Nessa linha, a representação dos materiais didáticos é ampla e pode ser caracterizada por qualquer instrumento usado por professores e alunos, que facilite a aprendizagem (VILAÇA, 2009). O material didático é “[...] qualquer instrumento útil ao processo de ensino-aprendizagem. Portanto, o material didático pode ser um giz, uma calculadora, um filme, um livro, um quebra cabeça, um jogo, uma embalagem, uma transparência, entre outros” (LORENZATO, 2006, p. 18).

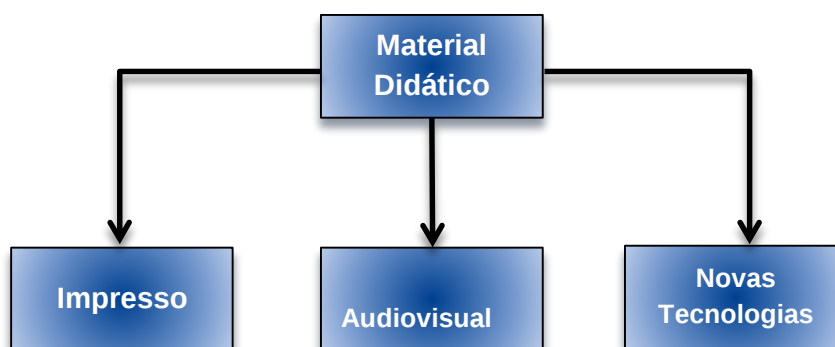
A combinação e utilização de diferentes meios e tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento de processos educacionais permite ampliar a oferta de produtos didático-pedagógicos, diferenciar o público-alvo, tornando o atendimento diferenciado e desenvolvendo produtos individualizados, de acordo com a demanda.

Os termos “tecnologia” e “mídia” são comumente utilizados como sendo sinônimos, contudo, sob um aspecto rigoroso, essa utilização não é correta, pois tecnologia é o que constitui o veículo para comunicar mensagens que estão representadas em uma mídia (MOORE; KEASLEY, 2010).

Desse modo, “existem quatro tipos de mídia: texto; imagens (fixas e em movimento); sons; dispositivos” (MOORE; KEASLEY, 2010, p. 7). Os autores detalham que o texto é distribuído em livros e guias de estudo e eletronicamente on-line, o som é distribuído em CDs, fitas de áudio, por telefone e também on-line, as imagens são distribuídas em livros e em outras formas de tecnologia impressa, em CDs, em videoteipes, por rádio ou teletransmissão e on-line.

O material didático pode ser classificado de forma ampla, como produto pedagógico utilizado na educação, e de forma específica, com material instrucional que se elabora com intenção didática (BANDEIRA, 2009).

Figura 6 – Material didático quanto ao suporte e ao uso das mídias



Fonte: Adaptado de Bandeira (2009).

Bandeira (2009) traz apontamentos que explicam a elaboração, baseada em Chartier (2002), quanto ao tipo de suporte que possibilita materializar o conteúdo, ou seja, na mídia escolhida para a produção do material didático. De acordo com a figura 6, os materiais são divididos em: impresso, audiovisual e novas mídias, que utilizam tecnologias como computadores e internet.

O Material impresso considerado como tradicional, de acordo com seu público e finalidades, pode ser dividido em coleções ou conjuntos, baseados em “caderno de atividades, guia do aluno, guia do professor, livro-texto, livro didático, livro paradidático, pranchas ilustrativas, mapas etc.” (BANDEIRA, 2009, p. 15). Independente da escolha, o material deve ser precedido de minucioso planejamento.

Qualquer que seja a escolha, produzir um texto didático específico, ou um guia didático, o professor deverá considerar que, na EAD, como a interlocução entre o professor-aluno não ocorre necessariamente num mesmo tempo e/ou espaço, o processo de ensino-aprendizagem deve ser precedido de rigoroso planejamento, sobretudo no que toca à elaboração do material didático. (NEDER; POSSARI, 2009, p. 19).

Assim, deve-se produzir um material didático que mantenha um diálogo entre professor e aluno, fazendo-se presente mesmo diante da ausência do contato presencial (NEDER; POSSARI, 2009).

Por outro lado, o recurso audiovisual expresso nos Referenciais de Qualidade ganha relevância por sua contribuição nas práticas educativas da EaD, as quais ocorrem através de múltiplas possibilidades de interação do aluno com o material. O material didático audiovisual é uma mídia fundamental para auxiliar o processo ensino-aprendizagem, pois possibilita explorar imagem e som, estimulando o aluno a vivenciar relações, processos, conceitos e princípios, além de possibilitar a ilustração de conteúdos a serem trabalhados.

Quanto aos recursos do ensino, “uma parte importante da aprendizagem acontece quando conseguimos integrar todas as tecnologias, as telemáticas, as audiovisuais, as textuais, as orais, musicais, lúdicas, corporais” (MORAN, 2002, p. 32). Desse modo, pode-se observar que o material audiovisual, entre outras mídias, apresenta grande potencialidade a ser explorada na educação a distância.

As novas tecnologias e mídias são canais de comunicação pelos quais se identificam os recursos por onde a informação pode ser transmitida. Nesse sentido,

as “novas mídias podem ser entendidas como as possibilidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC), com a produção, armazenagem, distribuição de informação e entretenimento” (BANDEIRA, 2009, p. 21). Já “o termo ‘multimídia’ significa, em princípio, aquilo que emprega diversos suportes ou diversos veículos de comunicação” (LEVY, 1999, p. 63).

Nessa linha, pode-se perceber que o conteúdo inserido no material didático, a formatação, a linguagem, a organização das temáticas, entre outros mecanismos que envolvem a elaboração, são fatores que devem ser percebidos, pois o momento da escolha pode influenciar no processo de aprendizagem dos alunos, que os tem como ponte de ligação ao conhecimento.

3 DESENHO METODOLÓGICO

O propósito desta pesquisa foi identificar a influência da produção de material didático no processo ensino-aprendizagem na educação a distância (EaD), do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá, turma 2013. Para maior respaldo legal e científico, por envolver seres humanos, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do Amapá, submetido via Plataforma Brasil, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 07364219.6.0000.0003 e Parecer Consubstanciado nº 3.271.542, conforme anexo B.

Esta seção aborda os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos, natureza e tipologia da pesquisa, universo de estudo, caracterização dos sujeitos, instrumentos de coleta de dados e as técnicas de análise dos dados, conforme demonstrado na figura 7.

Figura 7 – Esquema Metodológico



Fonte: Elaborado pela autora.

3.1 NATUREZA E TIPOLOGIA DA PESQUISA

Quanto à abordagem ao problema, esta pesquisa se classifica como qualitativa. Para Minayo (2002), a pesquisa qualitativa em ciências sociais preocupa-

se com a identificação de peculiaridades de contextos não quantitativos, ou seja, busca traduzir percepções, comportamentos e opiniões de pessoas, grupos e ocorrências de eventos, dentro uma realidade social.

Diante da responsabilidade do pesquisador em construir um olhar atento às circunstâncias de seu objeto de estudo, Fonseca (2002) afirma que este deve focar na interpretação desse objeto e dar importância ao seu contexto, aproximando-se dos fenômenos estudados. Assim, “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p. 22).

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (2002), tem como objetivo a caracterização de determinada população ou fenômeno, ou mesmo, no estabelecimento da relação entre variáveis, apesar de algumas pesquisas irem além dessa mera identificação, determinando sua natureza. A pesquisa descritiva é discutida em vários estudos, sendo uma de suas particularidades o emprego de técnicas padronizadas de coleta de dados, como a observação sistemática e o uso de questionários.

3.2 UNIVERSO E LÓCUS DA PESQUISA

O estudo foi realizado na Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), campo empírico desta pesquisa, cujas atividades tiveram início em 1970 como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), com a oferta de aproximadamente 500 (quinhentas) vagas voltadas para o campo do magistério (licenciatura curta), implantando o ensino superior no Amapá (UNIFAP, 2015).

No ano de 1990, cria-se, de fato, a Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada por meio do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União n.º 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n.º 868/90, de acordo com o Parecer n.º 649/90-SESu, aprovado em 9 de agosto de 1990 e publicado na Documenta MRC n.º 35, tornando-a uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União. Em 1991, com a nomeação de um reitor pro tempore, a UNIFAP

realiza o primeiro vestibular para os cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem.

A UNIFAP possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme estabelecido no Artigo 3º do Regimento Geral, a UNIFAP tem por objetivos e funções: ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão; desenvolver as ciências, as letras e as artes; prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral e promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

Para o alcance de seus objetivos, a UNIFAP possui uma estrutura administrativa dividida em sete Pró-Reitorias, dispondo de um quadro efetivo de docentes e técnicos administrativos, totalizando 1.165 servidores ativos, que desenvolvem suas funções nos *campus* Santana, Mazagão, Oiapoque (Binacional) e Marco Zero. Atualmente, a Instituição possui 8.262 alunos ativos, compreendendo os matriculados no ensino presencial e à distância, segundo dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (UNIFAP, 2019).

O *locus* desta pesquisa é o Departamento de Educação a distância (DEAD/UNIFAP), turma do Curso de Bacharelado em Administração Pública, na modalidade à distância, no Município de Macapá – AP, vinculado ao Programa UAB, ofertado nos polos de Macapá e Santana.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Para responder ao problema investigado, os sujeitos da pesquisa foram definidos na perspectiva de Minayo (2007), que sugere essa determinação de escolha considerando a vinculação significativa para o problema e o grau de aproximação com o tema pesquisado, ou seja, para ser relevante, a seleção deve ser ampliada ao ponto de abranger toda a circunscrição do fenômeno investigado e suas *nuances*, de forma multidimensional. Desse modo, foi escolhido para entrevista o diretor do Departamento de Educação a Distância, o diagramador, que atuou no material didático, o coordenador do curso de Bacharelado em Administração Pública EaD – Turma 2013 e cinco alunos que concluíram o curso, totalizando oito participantes.

Inicialmente, foram realizados os esclarecimentos dos objetivos da pesquisa e sua relevância para o âmbito institucional e acadêmico, bem como

formalizado o convite para participação na entrevista. Em seguida, houve o aceite dos participantes, que subsidiou os agendamentos prévios, conforme sua conveniência. Antes de iniciar a entrevista, os participantes foram orientados a fazer a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, vide Apêndice A, com posterior assinatura. De acordo com a caracterização dos participantes, foram gerados códigos, garantindo o sigilo das informações, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa

SUJEITO	FUNÇÃO	PERÍODO	GÊNERO	IDADE
G1	GESTOR - Diretor de Departamento de Educação a Distância	2015 - 2018	masculino	33 anos
G2	GESTOR - Coordenador do Curso Administração Pública	2017 - 2019	masculino	42 anos
ED	DIAGRAMADOR	2013 - 2018	masculino	40 anos
A1	ALUNO	2013 - 2017	masculino	60 anos
A2	ALUNO	2013 - 2017	masculino	57 anos
A3	ALUNO	2013 - 2017	feminino	49 anos
A4	ALUNO	2013 - 2017	masculino	62 anos
A5	ALUNO	2013 - 2017	feminino	58 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha do diretor do Departamento de Educação a Distância se deu por ter maior tempo na função, pois, embora não tenha acompanhado o início das atividades da EaD, tampouco o início do curso de Administração Pública na UNIFAP, acompanhou o processo subsequente ao início da atividade até a conclusão.

A seleção do coordenador do curso de Administração Pública se deu pela experiência do mesmo na função, pois antes de assumir a coordenação, no ano de 2017, havia rotatividade de coordenadores designados ao cargo, com permanência não superior a seis meses. O diagramador, também convidado a participar da pesquisa, foi selecionado por ter atuado na diagramação do material didático para o curso de Administração Pública em todo período de duração, e até a presente data desenvolve tal função no Departamento de Educação a Distância.

A seleção dos alunos se deu de forma não probabilística e intencional, observando a necessidade de selecionar alunos concluintes do curso, para captar dados mais concretos, a partir da percepção acerca do material didático utilizado ao longo das atividades acadêmicas.

O curso de Bacharelado em Administração Pública, turma 2013, iniciou com 150 (cento e cinquenta) alunos matriculados, sendo 75 (setenta e cinco) do polo de Macapá - AP e 75 (setenta e cinco) do polo de Santana - AP, desse total, somente 59 (cinquenta e nove) alunos concluíram o curso, quase 40% da turma. Deste modo, optou-se por uma amostra de cinco alunos, que representou 8,47% desse universo.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Inicialmente, buscou-se aproximação com as pessoas envolvidas no processo de ensino a distância da Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero, visando aprovação e consentimento para realização da pesquisa e manter interação direta com os principais envolvidos, preservando o acesso ao ambiente de estudo, bem como aos documentos que apresentaram informações relevantes à pesquisa, para direcionar o estudo e embasar a elaboração dos instrumentos de coleta de dados.

A pesquisa foi dividida em duas etapas, a primeira compreendeu a pesquisa documental, conforme demonstrado no quadro 2.

Quadro 2 – 1ª etapa: pesquisa documental

(continua)

FONTES DE PESQUISA	OBJETIVO DO DOCUMENTO
Leiº 9.394, de 20 Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	Estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional.
Decreto nº 9.057, de 25 de Maio de 2017.	Regulamentar o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Resolução nº 1, de 11 de Março de 2016 - CNE/CES – MEC.	Estabelecer diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância.

Quadro 2 – 1ª etapa: pesquisa documental

(conclusão)

Guia de Orientações básicas sobre o Sistema UAB – CAPES/2013	Auxiliar os coordenadores a conduzirem as atividades da UAB em sua Instituição de Ensino Superior (IES) e elencar suas principais atividades.
Edital nº 019/2012 - Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP.	Selecionar propostas de IPES, integrantes do Sistema UAB para oferta do curso Bacharelado em Administração Pública EaD.
Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública – PPC.	Apresentar as características do curso, que reflete a proposta educacional da Universidade Federal do Amapá.
Edital nº 05/2013 - Processo seletivo simplificado para seleção de alunos ao Curso de Bacharelado em Adm. Pública EaD.	Apresentar de forma oficial o comunicado de todas as etapas do processo seletivo para concorrer a vaga do Curso de Administração Pública e as competências necessárias para sua execução.
Materiais Didáticos produzidos para o Curso Bacharelado em Administração Pública.	Identificar os processos de elaboração e uso dos materiais didáticos produzidos para o curso e utilizados no desenvolvimento das atividades pelos alunos.
Referenciais de Qualidade para o Ensino Superior a Distância – MEC.	Orientar os parâmetros que norteiam o ensino superior na modalidade à distância.

Fonte: Elaborado pela autora.

A seleção dos documentos de análise consistiu em reunir fontes primárias e secundárias, relacionadas ao objeto de estudo. Dentre as fontes primárias estão: o Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública – PPC; materiais didáticos produzidos para o curso; e edital para o processo seletivo nº 019/2012.

Dentre as fontes secundárias, destacam-se: pesquisa bibliográfica, pesquisa em legislação, artigos e outros documentos que forneceram as informações mais relevantes para o estudo, no decorrer da investigação.

A segunda etapa da pesquisa resumiu-se nas entrevistas realizada com os atores envolvidos ou relacionados com o processo de elaboração de materiais didáticos de educação a distância, para o Curso de Bacharelado em Administração Pública, conforme ilustra o quadro 3.

Quadro 3 – 2ª etapa: entrevistas

ENTREVISTADO	OBJETIVO
Diretor do Departamento de Educação a Distância (DEAD) e Coordenador da Universidade Aberta (UAB) na UNIFAP	Conhecer e descrever como se deu o processo de implantação da EaD na UNIFAP, e quais as ações realizadas pela gestão para alcançar os objetivos propostos pela política de educação a distância.
Coordenador do Curso Bacharelado em Administração Pública	Conhecer e descrever como se deu a implantação do Curso de Bacharelado em de Administração Pública, na modalidade a distância e o processo de produção dos materiais didáticos para o curso.
Diagramador	Descrever o processo de produção dos materiais didáticos da educação a distância no curso de Administração Pública
Alunos do Curso	Conhecer o ponto de vista dos alunos, análises críticas, observações e sugestões quanto ao material didático utilizado nas atividades.

Fonte: Elaborado pela autora.

Esta etapa visou realizar entrevistas com roteiros semiestruturados, contendo de 10 as 12 perguntas, cuja aplicação teve duração entre 15 a 20 minutos, em salas reservadas. Dentre os entrevistados, estão: o diretor, o diagramador do Departamento de Educação a Distância, o coordenador do Curso de Bacharelado em Administração Pública e cinco alunos que concluíram o curso.

A entrevista foi estruturada com perguntas abertas e fechadas, com foco no processo de interação, sem se desprender do *script* montado e buscando responder aos objetivos da pesquisa. Conforme Minayo (2002), a entrevista possibilita ao entrevistado discorrer sobre as questões do tema em pauta, sem se prender às indagações formuladas, o que pode levar a entrevista a outros pontos irrelevantes. Os instrumentos de coleta de dados foram organizados em tópicos, os quais serão tratados no capítulo seguinte, que trata das análises e resultados, de modo a atribuir embasamento aos objetivos específicos, distribuídos conforme quadro 4.

Quadro 4 – Instrumento de coleta de dados vinculados aos objetivos

	TÓPICOS	OBJETIVOS	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	
			Pesquisa Documental	Entrevista
1	4.1. O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EaD.	Descrever como se deu a implantação da EaD na UNIFAP, em especial no Curso de Administração Pública.	• Guia de orientações UAB • Edital N°19/2012. • PPC Adm. Pública. • Edital nº 05/2013	Gestores
2	4.2. A PRODUÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS	Descrever o processo de produção dos materiais didáticos da educação a distância no curso de Administração Pública, tendo por base os parâmetros dos <i>Referenciais de Qualidade Para Educação Superior a Distância</i> .	• PPC Adm. Pública. • Materiais Didáticos do Curso Adm. Pública. • Referenciais de Qualidade	Gestores e Diagramador
3	4.3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E O MATERIAL DIDÁTICO	Verificar as contribuições do material didático produzido para a modalidade de educação a distância para o processo de formação acadêmica de alunos que concluíram o curso de Administração Pública da UNIFAP.	• PPC Adm. Pública. • Referenciais de Qualidade	Alunos, Gestores e Diagramador

Fonte: elaborado pela autora.

Os tópicos contribuem de forma específica com os objetivos deste estudo, possuindo sincronia tanto com os documentos selecionados na pesquisa documental, quanto com os conteúdos coletados nas entrevistas.

3.5 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos dados, foi utilizada a técnica análise de conteúdo, na modalidade temática. Minayo (2007) ressalta que a análise de conteúdo visa descobrir informações relevantes, de forma mais aprofundada, indo além da simples comunicação. Ainda segundo a referida autora, a análise temática, cujo conceito

central é o tema, é classificada como uma forma de analisar uma gama de conteúdos presentes em materiais de pesquisa. Essa modalidade “comporta um feixe de relações e pode ser gratificamente apresentado através de uma palavra, uma frase, um resumo” (MINAYO, 2007, p. 86).

Buscou-se seguir o percurso metodológico dentro das perspectivas de Minayo (2007), abordado em três etapas. Na primeira etapa, a autora orienta iniciar fazendo uma leitura compreensiva do conjunto do material selecionado, de forma exaustiva, possibilitando ter uma visão de todo conjunto. Ainda nessa etapa, a autora também recomenda verificar as particularidades do conjunto do material e, a partir deste olhar, elaborar os pressupostos iniciais que servirão de baliza para análise e interpretação, para posteriormente escolher as formas de classificação inicial e os conceitos teóricos que nortearão as análises.

Na segunda etapa, que se refere à exploração do material, segundo Minayo (2007), o objetivo consiste em: (a) distribuir as frases e os fragmentos de cada texto de análise; (b) fazer uma leitura dialogando com as partes dos textos; (c) identificar os núcleos de sentido; (d) Relacionar os núcleos de sentido com os pressupostos iniciais; (e) analisar os diferentes núcleos de sentido, buscando temáticas mais amplas; (f) reagrupar as partes dos textos por temas encontrados e elaborar uma redação por tema, de modo a dar conta dos sentidos dos textos e de sua articulação com os conceitos teóricos que orientam a análise.

A terceira e última etapa, de acordo com Minayo (2007), visa elaborar uma “síntese interpretativa através de uma redação que possa dialogar temas com objetivos, questões e pressupostos da pesquisa” (MINAYO, 2007, p. 92).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção discute as principais categorias e subcategorias encontradas, que, conforme observadas exaustivamente, podem trazer resposta de forma mais completa ao questionamento central, que investiga a influência da produção de material didático no processo ensino-aprendizagem da educação a distância, em um curso da Universidade Federal do Amapá.

A escolha das categorias foi feita de acordo com os objetivos específicos, e estão organizadas da seguinte forma: o processo de implantação do Curso de Administração Pública EaD; a produção dos materiais didáticos e o processo de formação acadêmica e o material didático.

Desse modo, os achados da pesquisa documental e das entrevistas, registradas e produzidas a partir das transcrições, foram analisados utilizando-se da técnica análise de conteúdo, na modalidade temática.

4.1 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EaD.

4.1.1 Implantação da EaD na UNIFAP

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) surgiu como Núcleo de educação avançada ligado à Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1970, no então território federal do Amapá. Em seguida, o Amapá passou à categoria de Estado, sendo criada efetivamente a Universidade Federal do Amapá, por meio da Lei Federal nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, endossada pelo Decreto nº 98.997, de 2 de março de 1990.

O processo de implantação da EaD na UNIFAP iniciou no ano de 2001, por meio de programas desenvolvidos em colaboração com outras instituições do governo federal, como a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) (UNIFAP, 2012).

Os primeiros cursos de graduações ofertados na modalidade a distância foram: Licenciatura em Matemática, promovido pela UFPA, a qual disponibilizou 50 (cinquenta) vagas para UNIFAP, no ano de 2005; e o Curso de Educação Física, em parceria com o programa Pró-Licenciatura em 2008, ofertado pela Universidade

Federal de Brasília, que disponibilizou 150 (cento e cinquenta) vagas. O depoimento do gestor “G1” corrobora com essa argumentação: “[...] *a Universidade passa a ofertar os primeiros cursos na modalidade a distância, de matemática, educação física e alguns cursos de extensão (G1)*”.

Quanto ao apoio à Instituição, o assessor de educação a distância da UFPA e coordenador regional da Universidade Aberta do Brasil (UAB), destacou o seguinte: “creio que nós fomos os pioneiros na educação a distância no Pará. E foi a UFPA que deu o apoio à Universidade do Estado do Pará e ao Amapá, para entrarem na educação a distância” (VELOSO, 2018, p. 1).

No ano de 2009, a UNIFAP iniciou o processo de credenciamento ao programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), por intermédio de chamadas públicas realizadas pela Diretoria de Educação a Distância (DED), vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A UAB é um sistema integrado por universidades públicas que oferece curso de nível superior para camadas da população que têm dificuldades de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. Desse modo, para integrar o referido programa à UNIFAP, submeteu-se a Instituição ao processo de habilitação, conforme confirma a fala do gestor “G1”: “[...] *esse edital de articulação, chamado de ‘chamadas de articulação’, convidam as instituições a participarem ao sistema UAB, caso as instituições queiram participar, elas acessam o edital, reúnem a documentação necessária para participarem e a CAPES analisa, e dando o parecer favorável, elas passam a pertencer ao sistema UAB [...] nessa articulação a UNIFAP ficou credenciada para ofertar os cursos pela UAB (G1)*”.

Como dito pelo gestor “G1”, a CAPES atua analisando as propostas das instituições participantes, intermediando junto ao MEC, bem como fica responsável por articular os processos entre as Instituições de Ensino Superior (IES). De acordo com o guia de orientações básicas sobre o Sistema UAB,

O Sistema UAB é, atualmente, uma parceria entre o MEC, por intermédio da CAPES, as IES, os Estados e os Municípios, [...] dessa forma, as responsabilidades nesta parceria entre as três instâncias são: a CAPES, fomentando e articulando os processos; a IES, propondo, organizando e ofertando os cursos; e os Estados e os Municípios, garantindo a infraestrutura necessária para atender às atividades presenciais nos polos. (CAPES, 2019, p. 7).

Atualmente, a Universidade Federal do Amapá pertencente ao sistema UAB, cujo processo de habilitação para EaD, a partir do ano de 2009. A fala do gestor “G1” explicita que *“[...] primeiro, a instituição deve estar credenciada à CAPES, segundo, esse credenciamento para EaD se dá com os documentos preenchidos no sistema, depois é feita uma visita pelos avaliadores do MEC, que avaliam a estrutura física, material, pessoal, tudo que é necessário para ser efetivado o curso a distância para então o MEC dá uma nota, que se for satisfatória a Universidade fica habilitada e pode ofertar cursos a distância (G1)”*.

Atendendo as exigências do MEC, a partir da publicação da portaria de nº 1.369, de 7 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a UNIFAP, dentre outras universidades vinculadas ao Sistema UAB, tornou-se credenciada para ofertar cursos superiores na modalidade a distância.

Na percepção de Alves (2007), à medida que as instituições EaD vão se aperfeiçoando, sobretudo se expandido e criando responsabilidade, tentam ganhar credibilidade e minimizar a burocracia junto aos órgãos credenciadores.

O mercado é extremamente amplo e promissor para os que atuarem com qualidade e competência e, além disso, devemos lembrar que sempre existem melhorias dos sistemas de comunicação, e isso favorece a expansão. Os custos tendem a ser reduzidos e, com o decorrer do tempo, a burocracia para os credenciamentos deve ser diminuída, à medida que as instituições alcançarem a maturidade desejável pelos órgãos credenciadores. (ALVES, 2007, p. 13).

Embora as questões burocráticas sejam trabalhosas e necessitem da dedicação e envolvimento da equipe designada a fazer esse trabalho, o apoio institucional é de suma importância para efetivação da implantação de uma política educacional, sobretudo, no direcionamento de esforços para a disseminação do ensino, garantindo qualidade nos processos, em especial aos da EaD.

O relato do gestor “G1” ilustra como se deu o apoio institucional ao processo de implantação da EaD na UNIFAP: *“[...] através da liberação de espaço físico, tiveram que ser feito vários encontros em Brasília, onde na época os gestores tiveram que ir a Brasília, então a Instituição colaborou com esse auxílio, de passagem aérea, diária, computadores para o departamento, cessão de pessoal, porque quando o MEC vem avaliar, ele precisa esta com a estrutura física adequada [...] (G1)”*. A fala do gestor “G2” descreve a relação com a Instituição internamente: *“As gestões sempre foram bem acessíveis com relação a educação a distância, a*

gente tem tido esse acesso a reitoria, as pró-reitoras, então sempre tivemos toda essa liberdade [...] (G2)”.

Ambos os gestores concordam que a instituição deu assistência a esta modalidade de ensino, nos períodos iniciais, bem como manteve uma relação aberta por parte das gestões, e puderam acompanhar e contribuir com a inserção da EaD na UNIFAP. Essa boa relação é benéfica para o ensino de forma geral, pois todos envolvidos estão caminhando juntos e empenhados para prestar serviços acadêmicos de qualidade, alcançando massivamente o público-alvo.

Nas perspectivas dos gestores “G1” e “G2”, umas das principais razões para a implantação da EaD foram as questões de acesso e flexibilidade que a modalidade pode proporcionar às pessoas que buscam um curso superior, ou desejam ampliar seus conhecimentos em um curso de extensão. O gestor “G2” destaca que o Estado do Amapá é bem atípico regionalmente, pois a maioria dos municípios é afastada da capital, o que influencia nas questões de logística, especialmente no período de chuvas: *“[...] a EaD foi uma das ferramentas estratégicas pra levar o ensino superior pra municípios afastados, como Oiapoque, Laranjal do Jari, hoje nos temos turmas em Vitória do Jari, que ainda é mais difícil o acesso, então foi justamente pra atender esse outro público alvo, essa população mais afastada da capital (G2)”.*

Com relação ao momento de escolha de determinada região para implantação dos polos de EAD, a autora Neves (2003) diz que:

Deve-se ressaltar que, por meio da implantação dos polos¹, as instituições de ensino poderão viabilizar a expansão, interiorização e regionalização da oferta de educação no País. Assim, a escolha da localização dos mesmos e sua estruturação devem respeitar as peculiaridades de cada região e localidade, bem como as particularidades dos cursos ofertados e suas respectivas áreas de conhecimento. Essa escolha criteriosa deve considerar a vinculação entre os cursos ofertados e as demandas locais, em favor do desenvolvimento social, econômico e cultural da região. (NEVES, 2003, p. 26).

Deste modo, as instituições de ensino têm buscado ampliar os meios de acesso ao ensino, por meio da implantação de cursos EaD em áreas geograficamente distantes da capital, possibilitando a interiorização do ensino, bem como adotando mecanismos e métodos semelhantes aos moldes tradicionais.

¹ Segundo a Portaria Normativa nº 02/2007, § 1º, “o polo de apoio presencial é a unidade operacional para desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância”.

Proporcionar o acesso ao ensino está intrinsecamente ligado à EaD, especialmente para alunos com deficiência, idosos, ou pessoas que moram em áreas rurais e remotas. A educação a distância “é a capacidade de uma instituição ou organização proporcionar acesso à educação a alguns alunos que, de outra forma, não poderia obtê-la.” (MOORE; KAESLEY, 2010, p. 178).

Outra razão para se implantar a modalidade de EaD está relacionada à questão da flexibilidade, na qual o aluno poderá fazer seu horário de estudo, conforme sua conveniência, conforme detalha o gestor G1: “[...] *é um modelo autônomo, flexível, que vem pra ajudar pessoas principalmente que tem dificuldade de ter um ensino superior, ou tem dificuldade de acesso ao ensino superior, por inúmeros motivos, falta de tempo, deslocamento, filhos para criar, então ela veio pra ajudar essas pessoas, não que seja o ensino mais fácil ou mais difícil, é um ensino vamos dizer mais flexível (G1)*”.

Nesse sentido, “a flexibilidade na educação a distância não quer dizer eliminar objetivos, conteúdos, experimentações ou avaliações” (ROSINI, 2013, apud NEVES, 2003, p. 69). Segundo Rosini (2013), a flexibilidade diz respeito ao ritmo e às condições de cada aluno, na qual a instituição que a oferta tem que entender esse conceito e estar determinada a sua prática, sendo maleável à particularidade e tempo de cada um, para aprender tudo o que lhe for cobrado.

Quanto as principais barreiras para se implantar a modalidade a distância na Universidade Federal do Amapá, os gestores levantaram as seguintes reflexões,

“G1 - Eu vou falar da UAB, porque ela veio com o objetivo de tentar institucionalizar a EaD dentro das instituições, mas só que ela fez como que ocorresse um problema, durante esse período, é que se criou a cultura de bolsa, o professor só trabalha mediante bolsa, então uma grande dificuldade que se tem hoje de institucionalizar essa modalidade é não ter um corpo docente próprio, ele é temporário e rotativo, não está inclusa em sua matriz orçamentária, depende de programas como nós dependemos da UAB, e os entraves também é com relação à aceitação, a gente vê que a EaD ainda é muito discriminada hoje, não somente aqui no norte, mas também no mundo, mas acredito que a maior dificuldade hoje é tentar institucionalizar a EaD hoje dentro de uma Instituição. Porque a partir do momento em que você institucionalizar você consegue alimentar com os recursos da própria instituição, que já estão destinados a modalidade.”

“G2 – Com a educação a distância a gente consegue abarcar um grande quantitativo de pessoas, porém apesar da importância que a gente vê da educação a distância e apesar do que a gente sabe que a educação a distância tem pra universidade, a gente ainda sente hoje assim muita dificuldade relacionada a recurso, estrutura. Hoje nós estamos num

departamento onde funcionavam duas salas de aula, hoje a coordenação de curso tem disponibilizado um bolsista pra fazer toda atividade acadêmica de secretaria, atendimento ao aluno, etc.. Na verdade, hoje a gente tem um curso, por exemplo, de administração pública que a gente tem um bolsista e um professor como coordenador, que tem que fazer toda parte de logística, pagamento, toda parte documental, secretaria de aluno, então a gente tem muita atividade, muita coisa e a gente não tem a estrutura que deveria ter, porque uma coordenação de curso presencial tem dois, três bolsista tem mais dois, três técnicos, tem mais o coordenador, o coordenador tem horas disponível pra ele trabalhar, na EaD nós não temos horas disponível pra trabalhar, você continua com duas, três disciplinas em sala de aula, você continua tendo de dar aula no mestrado, você continua tendo que fazer pesquisa, tem que fazer extensão, e você ainda é coordenador de curso que faz serviços de secretaria, faz toda parte administrativa, então pra você ser coordenador de um curso a distância, você tem que gostar realmente do que faz. Falta esse olhar mais sensível da Universidade com relação ao nosso trabalho.”

Dentre as questões destacadas nos depoimentos dos gestores, pode-se dizer que os aspectos financeiro e físico foram os mais evidentes quanto às dificuldades encontradas no Departamento de Educação à Distância (DEaD), entretanto a estrutura física e de pessoal, conforme enfatiza o gestor “G2”, tem relação direta com as questões financeiras. Segundo o depoimento do gestor “G1”, se a modalidade conquistasse sua “institucionalização”, possivelmente conseguiria se sustentar com recursos próprios da UNIFAP, e eventualmente sanaria a falta de estrutura física e de pessoal, oportunizando ter seu próprio corpo docente.

Na ótica do gestor “G1”, não se trata de uma “institucionalização” no sentido de pertencer, adquirir caráter institucional ou oficializar-se, mas no sentido de atender aos aspectos primordiais que uma IES necessita ter, segundo o guia de orientações básicas sobre o sistema universidade aberta do Brasil (2013). Os pontos que a coordenação UAB deve mediar em sua IES para permitir que a modalidade possa ser institucionalizada, segundo guia de orientações da UAB, são os seguintes:

- Ter plano de desenvolvimento institucional (PDI) com ações que contemplem a modalidade.
- Ter órgão ou setor específico para EaD na IES com regimento próprio que gerencie e apoie a modalidade na instituição e que tenha dotação orçamentária própria e espaço físico condizente com suas necessidades.
- Ter planejamento estratégico da IES para crescimento da modalidade, incluindo na discussão de expansão da IES a infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos necessários para a modalidade

além de planejamento estratégico para execução da mesma; contar a carga horária da modalidade a distância no esforço docente.

- Ter política de destinação de vagas para modalidade a distância, tanto de docentes com de técnicos-administrativos.
- Ter regulamentação e normas acadêmicas específicas para os alunos da EaD que permitam a permanência dos mesmos na universidade.
- Garantir representação de EaD nos diferentes órgãos colegiados; permitir que os estudantes de EaD possam votar da mesma forma que os da modalidade presencial.
- Garantir que os estudantes de EaD tenham representatividade institucional; garantir que os estudantes de EaD possam participar de todos os programas da instituição.
- Ter planejamento estratégico de crescimento da modalidade nos diferentes campi, incluindo-se estratégias para gerenciamento de polos institucionais.

Vale ressaltar, que o guia de orientações básicas também faz referencia a outros pontos relevantes ao estudo, no que tange à institucionalização da EaD, porém se delimitou a fazer alusão a alguns tópicos relacionados às citações dos participantes. Conforme Referenciais de Qualidade (BRASIL, 2007), o polo de apoio presencial, sendo uma unidade para atendimento e local das atividades presenciais, além da estrutura física adequada, deve contar com uma equipe capacitada para atender aos estudantes. A composição dessa equipe dependerá da natureza e dos projetos pedagógicos dos cursos, tendo minimamente como integrantes o coordenador do polo, os tutores presenciais, técnicos de laboratório de ensino (quando for o caso), técnicos de laboratório de informática, bibliotecário e pessoal de secretaria.

Vale destacar, que o estabelecimento de parcerias, convênios e acordos entre instituições, com vistas à oferta de cursos a distância e estruturação de polos de apoio presencial, é possível desde que esteja de acordo com o que dispõe o artigo 26, do Decreto 5.622/2005, que regulamenta o artigo 80, da Lei nº 9.394/96 (NEVES, 2003).

Quanto à adequação ao longo das atividades da modalidade EaD, o gestor “G1” relata que: “[...] é importante se ter um olhar para a expansão da EaD

em termos de polos, pois devido o Amapá ser uma região isolada geograficamente das outras regiões, ter seus municípios em sua maioria distante aproximadamente cerca de 600 quilômetros e ainda o deslocamento para alguns municípios ser em estrada de chão, há um projeto de expansão para mais quatro municípios, totalizando oito polos. Seria ótima esta expansão, pois uma forma da educação chegar a esses municípios seria através da EaD (G1)”.

Embora, no momento da implantação tenham ocorridas adequações que envolvam os “aspectos pedagógicos, recursos humanos e estrutura” (NEVES, 2003, p. 7), como corpo docente, equipamentos, bolsas CNPQ², desde a criação não foram feitas adequações quanto à estrutura física da EaD na UNIFAP, conforme fala do gestor “G2”: *“A gente hoje tá com a mesma estrutura que a gente tinha quando eram ofertados dois cursos (G2)”.*

Segundo Rossini (2013), para se implantar a EaD é importante saber o que fazer para implementar programa na modalidade, dentre os requisitos, citam-se: justificativa do projeto; discussão e definição sobre o que a EaD representa para instituição em que será implantada; ambiente no qual será inserida; integração da educação superior a distância ao plano de desenvolvimento institucional (PDI), ao projeto político-pedagógico (PPP) e ao projeto pedagógico do curso (PPC); infraestrutura acadêmico-administrativa para funcionar o departamento, comportando coordenação e equipe; elementos do projeto de oferta de cursos na modalidade, como infraestrutura adequada aos recursos didáticos EaD (recursos bibliográficos, infraestrutura tecnológica, oficinas de capacitação, tutores, etc.).

Além disso, para se implantar a EaD, é necessário se fazer projeção de como o projeto virá a ser constituído e colocado em prática, e ainda, ser planejado com a participação de todos envolvidos no processo, sendo observado em aspectos como: político, legal, físico, financeiro, etc.

4.1.2 O Curso de Bacharelado em Administração Pública à Distância.

O curso de Bacharelado em Administração Pública EaD foi criado na UNIFAP por meio do Edital nº 019/2012, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), com o intuito de selecionar propostas de Institutos de

² CNPQ é a sigla de Conselho Nacional de Pesquisa, que atualmente é chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), integrantes do Sistema UAB, para oferta de cursos na área da Administração Pública, dentre eles, os cursos de bacharelado em Administração Pública, especialização em Gestão Pública, especialização em Gestão Pública Municipal e especialização em Gestão em Saúde. O depoimento do gestor “G1” esclarece que: “[...] *ele é um curso do PNAP, esse programa tem um objetivo, que é aperfeiçoar e capacitar as pessoas que já trabalham na administração pública (G2).*

Segundo dados da CAPES sobre programa PNAP, os cursos foram projetados com o objetivo principal de formar e qualificar pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O Edital nº 019/2012 – PNAP estabelece como critérios de admissão, as propostas que apresentem: condição de instituição pública de ensino superior; integração oficial ao Sistema UAB; credenciamento vigente para a oferta de cursos na modalidade a distância, nos termos do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005; e comprovação de protocolo de processo de credenciamento junto ao MEC. Exige ainda, apresentação de formulário de proposição preenchido pelo proponente, instruído pela Declaração de Interesse de Polo à Proposta PNAP.

Admitida a proposta, essa passará por análise técnica, que se dará em duas etapas: a primeira é a análise documental, que se objetiva em verificar as propostas documentalmente habilitadas, a qual tem caráter eliminatório; a segunda etapa, de caráter eliminatório e classificatório, é a avaliação de mérito, que considerará aptas somente as propostas que comprovarem viabilidade acadêmica para sua execução. O julgamento das propostas se baseia nos seguintes critérios: quantidade de vagas por curso; viabilidade do (s) polo (s); proporção aluno-professor; e formação acadêmica do corpo docente.

Depois de passar por estas etapas, o curso de Bacharelado em Administração Pública da UNIAFP foi habilitado, sendo levado à aprovação do Conselho Universitário da UNIFAP (CONSU). O depoimento do gestor “G1” descreve: *“nós participamos do edital de articulação, apresentamos a proposta, através da criação do PPC, depois fomos contemplados, rodamos com o processo dentro da instituição, porque não se pode criar sem estar aprovado no CONSU, dai*

houve a aprovação pelo CONSU, depois a CAPES liberou o recurso e nós pudemos fazer o processo seletivo (G1).” Vale ressaltar, que “é fundamental aprovar o Curso nos órgãos colegiados da sua Instituição de Ensino Superior (IES) antes de enviá-lo a CAPES” (CAPES, 2019, p. 21).

O processo seletivo simplificado foi regido pelo Edital nº 05/2013 – EaD/UNIFAP, o qual apresentou etapas, com critérios de avaliação aos interessados concorrentes às vagas ao curso de Bacharelado em Administração Pública EaD.

De acordo com o PPC (UNIFAP, 2012), o Curso de Bacharelado em Administração Pública EaD tem como finalidade proporcionar ao profissional de Administração conhecimentos essenciais ao desempenho das funções gerenciais e diretivas, assessoramento e consultoria em organizações ou órgãos da Administração Direta ou Indireta, conforme disposições da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, e do Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, que regulamentam o exercício da profissão de Administrador. “Na fundamentação do PPC, foram levadas em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, bem como a legislação pertinente e o processo de avaliação interna da UNIFAP” (UNIFAP, 2012, p.15).

Com sua implantação do referido curso, a Universidade apresentou mais uma alternativa de acesso ao ensino superior, para contribuir com o desenvolvimento do Estado do Amapá, por meio da formação de profissionais competentes para atuarem nas áreas de planejamento, gestão, organização e avaliação de atividades específicas e/ou afins.

O início do curso tinha previsão para Maio/2013, conforme Edital nº 05/2013 – EaD/UNIFAP, porém só iniciou no segundo semestre de 2013, com finalização no segundo semestre do ano de 2017, atendendo ao tempo máximo estabelecido, que segundo PPC, poderia ter a duração mínima de 8 e máxima de 12 semestres para integralização.

O gestor “G2” faz um breve relato de como surgiu o curso de Bacharelado em Administração Pública EaD, bem como o início do curso de Administração Geral na modalidade presencial. “[...] o curso de Bacharelado em Administração Pública EaD, surgiu praticamente junto com o curso de Administração Geral presencial, nasceram praticamente juntos. O Estado do Amapá era o um dos poucos que na Universidade Federal não tinha o curso de Administração ainda e havia um anseio muito grande na sociedade com relação a isso e como nosso Estado é muito focado

na área pública, a economia gira em torno da política do contracheque, como a gente chama, gira em torno disso, então logo após a abertura do curso de Administração presencial, a gente entrou com um projeto de Administração Pública na modalidade EaD também, foi bem juntinho os dois cursos (G2)”.

Os objetivos relacionados à implantação do curso, segundo seu PPC, esta disposto na seguinte forma:

[...] busca-se a implantação do curso de Bacharelado em Administração Pública como alternativa educacional, em nível superior, contribuindo para o desenvolvimento do Estado, por meio da formação de profissionais competentes para atuar nas áreas de planejamento, gestão, organização e avaliação de atividades específicas e/ou afins. (PPC-UNIFAP 2012, p.14).

O depoimento do gestor “G2”, que acompanhou o surgimento do curso, bem como o trecho acima retirado do PPC, estão alinhados no sentido de que o curso de Bacharelado em Administração Pública EaD surgiu com o intuito de atender as necessidades de desenvolvimento do Estado do Amapá e os anseios da população em busca de alternativas para acessar o ensino superior.

Os relatos dos gestores “G1” e “G2” descrevem os critérios para a escolha dos cursos em EaD na UNIFAP: *“Antes de se ofertar um curso, é feita uma pesquisa com a sociedade, pelos colegiados dentro da instituição e também se verifica a demanda nos municípios (G2)”*; *“[...] são feitas reuniões, que não são periódicas, porém são realizadas visitas técnicas nas prefeituras, que são os mantenedores locais, pra verificar qual a necessidade daquela população, sempre aconselhamos a mandar ofício, dizendo as necessidades (G1)”*.

A cerca das discursões que tratam da implantação da EaD, especialmente no que se refere à escolha dos cursos e seus respectivos polos, o Referencial de Qualidade para Cursos a Distância – MEC, documento elaborado por Neves (2003), destaca que, por meio da implantação dos polos, as instituições de ensino poderão viabilizar a expansão, interiorização e regionalização da oferta de educação no País. Assim, a escolha da localização dos mesmos e sua estruturação devem respeitar as peculiaridades de cada região e localidade, bem como as particularidades dos cursos ofertados e suas respectivas áreas de conhecimento. Essa escolha criteriosa deve considerar a vinculação entre os cursos ofertados e as demandas locais, em favor do desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

Fazendo um comparativo entre a fala dos gestores e o que orienta o documento do MEC, fica evidenciado que, quando se pensou na implantação do curso de Bacharelado em Administração Pública, a Universidade teve a preocupação de verificar se haveriam interessados, para trazer um curso que atendesse as necessidades locais, ampliando as oportunidades de acesso ao ensino superior e atuando diretamente no desenvolvimento da região amapaense e adjacente. Outros benefícios referem-se ao fortalecimento da economia local, com mão de obra qualificada, valorização e incentivo a educação superior.

Segundo relato do gestor “G2”, integrante do grupo de trabalho do curso de Bacharelado em Administração Pública, demonstra que o planejamento e a divisão das tarefas para a elaboração do PPC foram realizados da seguinte forma: *“[...] a elaboração do projeto do curso cabe a nós, o corpo docente. A gente se reúne em colegiado, são feitas as reuniões presenciais do colegiado aí nessas reuniões nós dividimos, que é o que gente chama de grupo de trabalho, a gente divide as tarefas, e geralmente um pega o PPC, outro já faz a parte de disciplinas, então a gente se divide sempre em reuniões semanais e trazemos o feedback do que está acontecendo. Tem a parte de aquisição de livros então dentro dessa comissão a gente divide as tarefas e a partir daí reuniões periódicas, mas gera uma base de aproximadamente uns 90 dias pra gente chegar num pacote pronto pra se enviar pra Pró-Reitoria de Graduação, a PROGRAD, a qual faz a análise e retorna para o grupo de trabalho, que caso tenha alguma alteração a fazer, nos ajustamos e enviamos novamente. Dado o veredito, a gente vai pro CONSU, aí o conselho entra com toda análise para aprovação ou não do projeto de curso, que depois de aprovado, vem a parte de orçamento, concurso público, capital humano, essa fase toda (G2)”*.

Tal depoimento está em consonância com a reflexão dos autores Moore e Kearsley (2013), no sentido de que um curso EaD tem que ser elaborado por especialistas no assunto, que entendam das áreas de instrução e que possam organizar os conteúdos consonantes com as teorias da gestão da informação e aprendizagem.

Os autores Moore e Kearsley (2010) afirmam ainda que, para conhecimento daqueles que planejam e elaboram os projetos dos cursos EaD, precisa-se de pessoal qualificado, com capacidade de atuar em áreas técnicas e/ou especializadas, entre outros mecanismos para o bom funcionamento das atividades

a distância, caso contrário, os processos de EaD podem ser comprometidos e causar impactos desfavoráveis na formação dos profissionais.

4.2 A PRODUÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EaD

4.2.1 Processo de Produção dos Materiais Didáticos para o curso EaD de Bacharelado Administração Pública

O curso de Administração Pública EaD está entre os cursos ofertados nas instituições públicas pertencentes ao Sistema UAB, por meio do programa PNAP, o qual segundo informações do site da CAPES, firmou parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a elaboração dos materiais didáticos.

De acordo com o artigo 3, da Resolução nº 1, do Conselho Nacional de Educação, as instituições de educação superior que atuam na modalidade EaD, entre outras atribuições, respondem pela elaboração de material didático. No caso da UNIFAP, em especial o curso de Administração Pública, por estar inserido no programa PNAP, possui material didático pronto, disponíveis em licenças abertas na modalidade *Creative Commons* CC BY-NC-SA (Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual). Essa licença permite adaptação e montagem do material didático, a partir do trabalho inicial, para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Segundo relato do diagramador, os materiais didáticos elaborados pelos professores do curso de Bacharelado em Administração Pública EaD da UNIFAP, não é uma prática recorrente; *“[...] não esta tão recorrente assim a questão da construção desse material por parte do professor, porque a própria CAPES tem um repositório, onde ela disponibiliza todo material dos cursos, então é utilizado esse material na maioria das vezes, já retirado do próprio repositório e com esse material a gente faz algumas pequenas adequações, sem mudar nada de conteúdo, nem mexer com a autoria, a gente apenas coloca uma capa de acordo com o curso e coloca um slogan da instituição só pra identificar aquele material (D1)”*.

O que também foi constatado na fala dos gestores: *“O curso do PNAP, já tem os cursos prontos, a gente pega o PPC e adapta pra nossa realidade local, então os materiais desses cursos já estão assim prontos. E a gente os adquire no*

ambiente da capes REA - Recursos educacionais abertos, os quais você poderia baixar adaptar, modificar, sem risco de plagio. Então a gente pegava essa material e fazia a diagramação dele, colocava o logotipo da UNIFAP, claro com a análise do professor, montava o miolo, fazia a impressão desse material. Então esses materiais já eram materiais prontos (G1)”; “[...] Hoje, infelizmente não somos nós que estamos elaborando o material, o curso foi aprovado e foi disponibilizado o material, que já veio todo pronto, impresso e encaminhado pra gente, então nós só tivemos a responsabilidade de catalogar e disponibilizar os livros para os alunos (G2)”.

Os Recursos Educacionais Abertos (REA), mencionados pelo gestor “G1”, tem o objetivo de permitir o acesso irrestrito de todos os recursos educacionais criados no âmbito do Sistema UAB, com conteúdos atualizados, resguardados os devidos direitos autorais pertinentes à obra original (CAPES, 2019).

A Resolução nº 01/2016, do Conselho Nacional de Educação, em seu artigo 2, §4º, dispõe que as instituições de educação superior, que financiem ou fomentem a educação superior a distância, devem assegurar a criação, a disponibilização, o uso e a gestão de tecnologias e recursos educacionais abertos, por meios de licenças livres, que facilitem o uso, a revisão, a adaptação, a distribuição e compartilhamento.

Na fala dos entrevistados “D1”, “G1” e “G2”, verifica-se que a prática de uso e a gestão de tecnologias e outros recursos educacionais abertos estão sendo realizados. Contudo a adaptação do material didático conforme peculiaridade regional ainda deixa a desejar. Conforme orienta Neves (2003), “[...] o material didático, deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo” (NEVES, 2003, p. 13). A cerca do tema, o gestor “G2” sugere que tais recursos educacionais abertos sejam adaptados de modo a trazer experiências e características da região ao aluno, ficando mais próximo de sua realidade.

“G2 – [...] os colegiados deveriam se unir de uma forma a produzir o material que será utilizado aqui, porque, por exemplo, o livro que vem de São Paulo, de Brasília, de Curitiba, do Rio Grande do Sul, não conhece a realidade amazônica num é. Então nós deveríamos produzir nosso material. O material é muito bom, mas Chiavenato não conhece a Amazônia, Peter Drucker não conhece a Amazônia, nós, por exemplo, na nossa capital, nós não temos indústrias então os estudos de caso são baseados em indústrias, em grandes indústrias, grandes instituições, grandes empresas que faturam milhões por mês e nós aqui nós temos as pequenas empresas que faturam 10.000,00 mil, 15.000,00 mil por mês, então é uma realidade bem diferente,

então nós estamos formando pessoas que vão trabalhar Mcdonalds e nós não temos em Macapá, pessoas que vão trabalhar no Google e nós não temos o Google em Macapá, nós temos que formar pessoas que vão trabalhar, na boutique do seu Zezinho, no mini boxe do seu Manoel, que traga a regionalidade para o Estudo, pra prática local, nós precisamos trabalhar agentes públicos, que façam políticas públicas para o desenvolvimento da cultura do açaí, do cupuaçu, do bacuri, do uchi e não pra desenvolver a soja, porque a soja não é a nossa realidade.”

O depoimento do gestor “G2” percebe-se ênfase à liberdade que os professores têm de criar seus próprios materiais didáticos: “[...] assim, cada professor, ele precisa utilizar o material que vem, mas ele tem a liberdade de criar o seu próprio material também, uma apostila sua, uns exercícios, outros livros, fica livre, mas ele tem que usar o material que vem encaminhado pra gente. Não que ele seja obrigado a utilizar, mas como nós recebemos e é recurso, foi feito investimento, a gente sempre indica ao professor que ele utilize o material, que ele faça uso (G2)”. Dentro dessa perspectiva, vale ressaltar a importância de se utilizar os materiais disponibilizados pelo programa, e ainda, estar atento às adequações que necessitam ser feitas levando em consideração as especificidades da região.

Segundo depoimento do entrevistado “D1”, o processo de elaboração do material didático para o curso Administração Pública EaD da UNIFAP foi iniciado a partir do material disponibilizado pelo próprio professor. Em regra, o professor conteudista constrói seu próprio material didático e repassava para o diagramador fazer as devidas adequações, de acordo com a plataforma e com o material que será disponibilizado em mídia. O relato enfatiza ainda, que tem o material que vai direto para plataforma, que é transformado em fórum, *chat*, nas atividades correntes, e tem o material que é disponibilizado em formato de mídia: pdf, formado de vídeo, através de vídeo aula: “Os materiais que os professores trazem pra gente é o material bruto, aquele material apenas em formato de word ou outro formato compatível, e esse material a gente faz diagramação em alguns formatos: formato de tutorial, formato de livro, com já aconteceu algumas vezes (D1)”.

Atualmente, o diagramador atua de modo direto com as coordenações dos cursos, quando o material é extraído do repositório e repassado a ele: “[...] então a gente atua diretamente com a coordenação do curso, quando a coordenação passa o material diretamente pra gente do repositório, mas quando vem do professor a gente atua diretamente com ele, porque muitas das vezes o material que ele trás vai necessitar de uma imagem pra ilustrar um certo momento

do livro, vai precisar de um corte ou não de um conteúdo, que a gente vai ter que entrar em contato com ele pra saber se vai poder ser cortado, e o próprio Layout que a gente vai construindo é interessante a participação do professor nesses casos, onde o professor trás o material próprio dele, a interação nossa normalmente é essa, coordenação e professor (D1)”.

Quanto ao modelo desejado para a produção dos seus próprios materiais, o gestor “G2” afirmou que, quando assumiu a função, realizou reunião com o colegiado do curso, propondo que produzissem seu próprio material didático, então foi feito um grupo de trabalho dividido por disciplina, por áreas de estudo de cada professor, onde também foram divididas as responsabilidades, então o livro foi criado, mas não houve recurso para impressão do livro e para o ISBN³. O referido gestor relatou ainda, que já entraram em contato com a editora da UNIFAP para viabilizar o *e-book*, cuja diagramação foi feita, bem como a capa, mas até o período da entrevista não se obteve o ISBN: *“[...] mas nós construímos o material nosso local feito no e-book, ia ser 0800, a única coisa que a gente ia pagar era o ISBN, e esse seria um material nosso, dos professores locais, acesso livre, que poderia até fazer parte do acervo da universidade ia sair o digital depois, mas não foi pra frente (G2)”.*

É relevante que os profissionais participantes das atividades relacionadas aos cursos EaD pensam em sua melhoria e no avanço da modalidade como um todo, especialmente no que tange à iniciativa para criação do próprio material didático. Fica registrado para as autoridades que detém o poder de decisão, a criação de medidas que incentivem a valorização dos profissionais locais e busquem meios que viabilizem a produção do material didático, tendo a regionalidade como suas principais características.

4.2.2 Livro Texto

Dentre os tipos de materiais didáticos colocados à disposição, os alunos da turma de Administração Pública EaD citaram os seguintes: o livro texto (formato digital e impresso), leituras complementares (livros de outras bibliotecas), textos de apoio (apostilas), *slides* e vídeos.

³ Criado em 1967 e oficializado como norma internacional em 1972, o ISBN - International Standard Book Number - é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição.

Quando foi perguntado aos alunos, quais materiais didáticos eram mais utilizados em sua rotina de estudo, maior parte deles respondeu o livro texto, também chamado como “livro base” por alguns usuários. Conforme quadro cinco.

Quadro 5 – Justificativa do aluno a escolha do material didático

JUSTIFICATIVA DO ALUNO PARA ESCOLHA DO MATERIAL DIDÁTICO		
ENTREVISTADO	MAIS USADO PELO ALUNO	MOTIVO
A1	Livro texto	"Era mais fácil pra mim no manuseio, pra leitura, aí nos pontos eu ia lendo, ia marcando, pra mim se tornava melhor."
A2	Livro texto	"Era mais fácil o livro texto."
A3	Livro texto	"Era o primeiro colocado à disposição."
A4	Slides	"Porque eu via várias vezes pra poder fazer um trabalho e tirar dúvidas. Era mais acessível pra mim."
A5	Leituras complementares (livro biblioteca)	"Eu dava uma lida no livro que eles deram, mas pra eu entender direito o assunto, eu buscava o livro da biblioteca."

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme quadro 5, a maioria dos entrevistados demonstrou que o livro texto era o mais usado entre eles, por ser mais simples e de fácil entendimento. Um curso não se constitui somente com a matéria de estudo ou seu conteúdo em si, “em um curso, o conteúdo é organizado em uma estrutura elaborada cuidadosamente, que tem por finalidade torna-la o mais fácil possível (isto não é o mesmo que “fácil”!) para o aluno aprender” (MOORE; KEAESLEY, 2010, p. 15). Sendo assim, a classificação dos alunos “A1” e “A2” para o material, cujo motivo da escolha consiste em ser “o mais fácil”, converge com a concepção dos referidos autores.

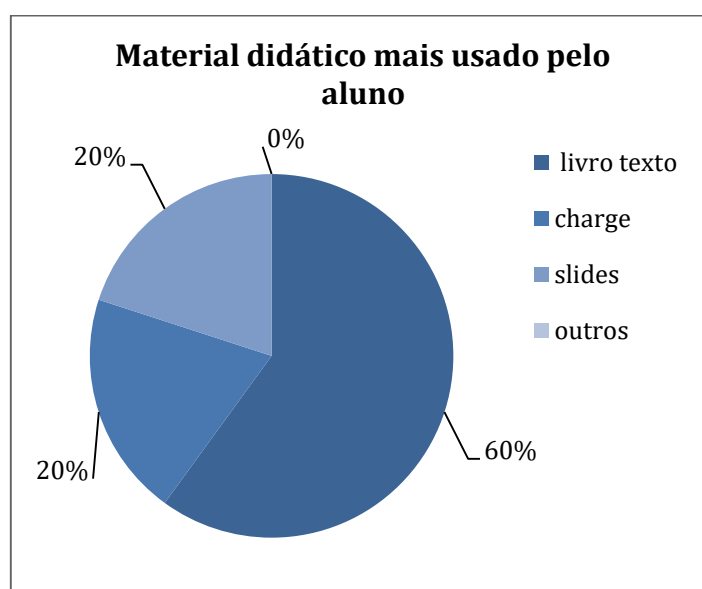
Conforme depoimento do aluno “A3”, observa-se que a escolha do material didático justifica-se pela mera conveniência de ser o primeiro disponibilizado na plataforma. Porém, os entrevistados “A4” e “A5” divergiram da opinião da maioria, expressando que outros materiais didáticos, como *slides* e leituras complementares eram mais acessíveis e compreensíveis.

Os intermediadores do processo de ensino a distância (professores e tutores) são peças fundamentais para o incentivo aos alunos, no que se refere ao

uso de mídias variadas, pois é possível que haja casos em que alunos não tiveram contato com outros materiais ou mídias de apoio.

Vale ressaltar, que o livro texto (impresso) foi entregue no último módulo do curso. Os alunos tiveram maior acesso ao formato digital do mesmo livro, que imprimiam para melhor manusear: “[...] o livro estava engavetado, estavam todos encaixotados, então nós olhamos os livros e aí a primeira coisa que a gente fez foi catalogar os livros, fazer as folhas de recebimento e entregar aos alunos, então eu recebi o curso, a primeira turma já estava no terceiro ano de curso, eu entreguei os livros no terceiro ano. Eles tinham disponibilizado o digital, só não tinha o físico (G2)”. A figura 8 demonstra que o livro texto foi o mais utilizado.

Figura 8 – Material didático mais usado pelo aluno



Fonte: Elaborado pela autora.

Vilaça (2009) defende que a importância dada ao livro, como modalidade de material didático, está relacionada à frequência com que é tratado na literatura, explicada pela prática cultural do ensino na modalidade presencial, de utilizar mais o livro que outro material, sendo um material que ainda exerce forte influência no momento da escolha.

Considerando que o livro é um instrumento pedagógico que contribuirá para o crescimento profissional e pessoal, possibilitando o aprimoramento intelectual

do seu usuário, bem como outros materiais didáticos, exigem-se anos de pesquisa em sua elaboração (SOARES, 2002).

Tendo em vista o livro texto disponibilizado para as disciplinas do curso de Administração Pública EaD já vem pronto, podendo ser extraído do repositório da CAPES, o procedimento feito pela EaD/UNIAP consiste em adaptar os livros fazendo a diagramação: *“nós conseguimos adaptar os livros da CAPES, os quatro primeiros semestres tudo junto de uma vez só e aí esse material que a gente conseguiu finalizar ele, eles foram repassados para empresa que ia ficar responsável pela impressão mesmo, então a gente conseguiu construir ele nesse prazo, com a participação dos coordenadores e alguns professores, porque a parte mesmo de diagramação requer um pouco de tempo nosso, a gente às vezes passa um mês, dois meses, construindo dois, três semestres, que são muitos livros, mas a gente conseguiu diagramar os quatro semestres e depois fizemos o quinto, sexto, até alcançar o ritmo do curso (D1)”*. No caso do livro texto impresso, conforme relatou o diagramador “D1”, vale observar que “na produção e editoração de material didático impresso para a educação formal, em geral parte-se da análise do projeto pedagógico do curso, do currículo ou do rol de conteúdos” (BANDEIRA, 2009, p. 127). Entende-se que tal prática deva se fazer presente ao longo de todo processo de construção.

Após o processo de diagramação, os professores ficam responsáveis pela elaboração dos materiais secundários, que são oriundos do livro texto: *“[...] se ele for trabalhar um capítulo daquele livro e ele precisa extrair do livro algum conteúdo que ele vai utilizar no slide, no vídeo aula, que na verdade são outros materiais em que o diagramador atua, a responsabilidade é do professor, o que a gente faz às vezes quando ele trás certo capítulo pra trabalhar naquela semana, ele grava um vídeo, então ele grava o vídeo e trás pra gente, a gente faz a editoração do vídeo, coloca uma abertura, uma finalização, uma slogan, mas assim a responsabilidade é dele na construção desse material extra que está relacionado ao livro que a gente diagramou (D1)”*. De acordo com Bandeira (2009), considerando que a produção dos materiais didáticos envolve várias etapas até a finalização, os envolvidos costumam trabalhar em cooperação.

Desse modo, a demanda para a elaboração dos materiais didáticos do curso de Administração Pública EaD pode surgir do professor da disciplina, da equipe de coordenação do curso, utilizando-se do auxílio de uma equipe técnica,

neste caso, com um profissional diagramador, que no caso da UNIFAP, acompanhou e desenvolveu o trabalho de produção dos materiais didáticos, bem como sua apresentação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

4.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E O MATERIAL DIDÁTICO

4.3.1 Contribuição do material didático ao processo de formação

Considerando o que preconiza os Referenciais de Qualidade sobre o material didático, que deve desenvolver habilidades e competências específicas utilizando um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto sócio econômico do público alvo alinhado ao PPC do curso, buscou-se recorrer ao que traz o projeto do curso de Bacharelado em Administração Pública EaD sobre a produção do material didático, o qual “[...] configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Todos os atores da estrutura pedagógica de EaD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado” (UNIFAP, 2012, p. 35).

Partindo da observação de que o estudante é o público-alvo a quem se destina o material didático, ninguém melhor que ele para discorrer quanto ao fato, especialmente se contribuiu ou não com sua aprendizagem no processo de formação acadêmica em um curso superior na modalidade a distância.

Quadro 6 – Contribuição do Material Didático

(continua)

CONTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO NA PERCEPÇÃO DO ALUNO	
DEPOIMENTOS	IDEIAS
A1 – O que contribuiu foram os slides, que devida essa correia da gente de não ter tempo de parar pra você pegar o livro e manusear, então ia lá e o slide era bem resumido então isso aí contribuiu bastante.	Resumo do material
A2 – [...] os professores foram muito bem receptivos com a gente, sabiam das nossas necessidades do afastamento da sala de aula [...] então as disciplinas de matemática, de física e outras disciplinas que você tem que voltar lá no início, eles ia buscar lá, algo mais didático, pra que nós pudéssemos compreender o assunto, porque de pronto não tínhamos condições de fazer uns cálculos [...] os professores foram muito maleáveis com a gente, muito bons, muito sensatos, sensíveis com a gente, um ponto muito positivo.	Flexibilidade do professor

Quadro 6 – Contribuição do Material Didático

(conclusão)

A3 – Eu achava assim, era um material bom, mas pra certas disciplinas era assim básico.	Qualidade do material
A4 – Olha somou muito a parte de aferimento do material didático, juntamente com a explicação do professor, isso aí foi muito importante.	Explicação do professor
A5 – O resumo do professor contava muito, era um ponto muito bom pra gente, porque isso aí servia pra muita coisa, nos trabalhos dentro de sala, até a prova.	Resumo do professor

Fonte: Elaborado pela autora com base em Minayo (2007).

De acordo com os depoimentos dos alunos acerca da contribuição dos materiais didáticos ao processo de ensino aprendizagem, na modalidade a distância do curso de Bacharelado em Administração Pública, pode-se constatar que os depoimentos de “A2”, “A4” e “A5” estão relacionados diretamente com os professores, destacando: flexibilidade à necessidade da turma; prestou esclarecimentos aos temas abordados; elaborou resumos, trazendo um apanhado geral, se fazendo mais objetivo.

O participante “A1” apontou que o resumo do material didático contribuiu para seus estudos, por suprir sua dificuldade em não dispor de tempo para ler todo conteúdo. Ressalta-se, que os materiais secundários oriundos do livro texto, como dito pelo diagramador “D1”, são de responsabilidade dos professores.

Cabe observar, que a EaD disponibiliza o material didático por meio dos aparatos tecnológicos dinamizados pelas TIC's, que segundo Masetto (2009) é entendido como mediação pedagógica inovadora no campo da modalidade de ensino a distancia. Niskier (1999) argumenta que o progresso das novas tecnologias de comunicação e outros multimeios favorece o aprendizado e democratiza o acesso a informação. Benfatti e Stano (2010) defendem que o sucesso da EaD está relacionado ao modelo pedagógico e à estrutura de apoio, que podem oferecer inúmeros recursos aos alunos como aulas expositivas, mas que a iniciativa do professor na criação de técnicas de acordo com a demanda, adequa-se às necessidades específicas de cada grupo e pode trazer considerável *performance* ao processo ensino-aprendizagem.

[...] é a promoção de novas maneiras de ensinar e de solucionar problemas que pressupõe atitudes do professor como a criação e o desenvolvimento

de metodologias e materiais adequados, desenvolvidos especialmente para essa modalidade de ensino (BENFATTI; STANO, 2010, p. 440).

A partir das peculiaridades de cada aluno, pode-se observar a necessidade da equipe de elaboração dos materiais didáticos fazê-la de forma mais dinâmica, de maneira que desperte o interesse do aluno.

Do ponto de vista dos alunos entrevistados sobre o material didático, percebeu-se que os professores possuem autonomia para inovar na busca por métodos concretos, para que o propósito do curso se efetive. Cabe ressaltar, que o material didático deve manter alinhamento com o projeto pedagógico, conforme preconiza os Referenciais de Qualidade. Os professores “precisam prestar atenção à orientação que dispensam aos alunos, para que estes aprendam *online*” (PALLOFF; PRATT, 2004, p. 13).

O participante “A4” enfatizou a avaliação do material didático disponível, considerando que o mesmo atendeu suas necessidades. O participante “A3” qualificou o material didático como sendo “bom”, frisando sua qualidade, porém enfatizou que era muito simples para outras disciplinas.

Considerando que o aluno, como usuário, tem respaldo para avaliar a influencia que os materiais didáticos acrescentam ao processo de aprendizagem, foi perguntando se os materiais didáticos disponibilizados pela EaD UNIFAP foram de qualidade e suficientes para suprir seus estudos, dando ênfase ao livro texto (impresso ou digital), devida ser o mais utilizado por todos: os alunos “A1”, “A2” e “A4” responderam que sim: *“No meu caso se apresentou sim, bem elaborado (A1)”*; *“Sim, muito [...] você viajava nele [...] assim logo no início do curso as pessoas ficam um pouco inseguras, mas depois de um tempo vai afunilando, você vai entrando na situação, você ganha o mundo ali, você vai lendo, vai desenvolvendo, vai discutindo [...] (A2)”*. O participante “A4” respondeu que alguns materiais sim, mas relatou que em alguns casos, tinha que buscar outros meios para complementar, o que se tornava interessante essa busca em outras fontes: *“É tinham alguns que eram completos, mas tinham outros que a gente procurava mais se aprofundar na internet, quando sentia que aquele documento só não era suficiente pra entendimento do assunto, então fazia buscas de livros também [...] eu achava até melhor, porque a gente ia à busca do conhecimento mesmo, aquela dúvida que você tinha, pelo menos eu procurava um colega, quando não sabia, procurava outros métodos pra poder entrar mesmo no assunto (A4)”*.

Os participantes “A3” e “A5” demonstraram certa insatisfação quando perguntados se o material didático se mostrou suficiente para seu estudo, respondendo enfaticamente que não. O entrevistado “A3” realçou a busca por outras fontes: *“Não, no meu caso eu acabava indo pra outras fontes pra complementar (A3)”*. Nessa perspectiva, pode-se observar que cada aluno tem sua particularidade no que se refere ao material didático utilizado, afirmando suficiência ou insuficiência. No caso da busca por materiais complementares, o professor com a equipe engajada da EaD pode contribuir para sanar essas lacunas.

4.3.2 Materiais didáticos e suas dimensões

Conforme os Referenciais de Qualidade, o material didático está dividido em cinco dimensões: característica da proposta; conteúdo; unidade entre conteúdos trabalhados; integração entre sujeitos envolvidos; configuração. Levando em consideração que o livro texto foi o material didático que todos tiveram acesso e o mais utilizado, serão abordadas todas as dimensões de que trata esse documento de qualidade do MEC, em especial o livro texto.

Na primeira dimensão, referente à característica da proposta do material didático, os Referenciais de Qualidade salientam: a importância de se ter um guia impresso ou formato digital que oriente o estudante quanto às características da educação a distância e quanto aos direitos, deveres e normas de estudo a serem adotadas durante o curso; que contenha informações gerais sobre o curso (grade curricular, ementa, etc.); informe, de maneira clara e precisa, que materiais serão colocados à disposição do estudante; defina as formas de interação com professores, tutores e colegas; apresente o sistema de acompanhamento, avaliação e todas as demais orientações que darão segurança durante o processo educacional.

Quando foi perguntado aos alunos se havia um guia que os orientassem, considerando as características gerais de educação a distância, os alunos “A1” e “A4” responderam seguramente que sim, e os alunos “A2” e “A5” se posicionaram de forma divergente, como mostram os depoimentos: *“[...] não foi posto a nós, com esses procedimentos todinhos dentro da área de EaD, esses eu estou ouvindo agora, eu posso até ter passado despercebido (A2)”*; *“Como eu acho que a gente foi a primeira turma, essas questões todinhas, a gente foi aprendendo conforme o*

curso, porque assim, a gente não sabia de muita coisa (A5)”. Embora o participante “A3” discordasse das questões quanto à divulgação das características gerais da educação a distância, ele destacou que os professores disponibilizavam e comentavam sobre as informações gerais do curso, em especial as ementas.

Nesse cenário, percebe-se a importância do guia abordado nesta dimensão, pois por um motivo ou outro, nem todos detinham a informação do que estava disponível, desencadeando na necessidade de alinhamento do professor com a equipe que detinha a responsabilidade de divulgar os instrumentos no ambiente virtual de interesse dos alunos. No momento da escolha dos textos que serão trabalhados, no planejamento e elaboração de guias didáticos que auxiliem os alunos, a equipe responsável pelo ensino juntamente com os professores devem priorizar conteúdos claros e concisos, em cumprimento às perspectivas do projeto do curso e da concepção de currículo (NEDER; POSSARI, 2009).

No intuito de deixar claro e bem definido os objetivos da proposta do material didático para a modalidade a distância, no momento da elaboração e inclusão de informações, “tudo que deveria ser dito ou trabalhado em uma sala de aula convencional, com a presença do professor, deve ser levado em consideração no planejamento de ensino por meio da autoaprendizagem” (NEDER; POSSARI, 2009, p. 19). Esse termo refere-se a aprender por si só, com estímulos presentes em ferramentas de ensino, contidos no material utilizado, incentivando o aluno a sua aprendizagem.

A segunda dimensão, que trata do conteúdo, enfatiza que o material didático deve orientar o aluno também por meio de uma guia impressa ou em formato digital, porém nessa seara, devem constar as características do processo de ensino e aprendizagem particulares de cada conteúdo, que informe ao estudante a equipe de docentes responsável pela gestão do processo de ensino, a equipe de tutores e os horários de atendimento. Deve apresentar um cronograma, com data, horário e local, para o sistema de acompanhamento e avaliação. De acordo com os gestores entrevistados, foi constatado que, a cada início de disciplina, o professor ficava responsável por apresentar as orientações pertinentes aos conteúdos trabalhados, como seriam realizadas as avaliações, divulgavam o cronograma e apresentavam a equipe de tutores e demais contatos para tirar dúvidas.

Nos depoimentos dos alunos, quando foi perguntado se era disponibilizado o contato de uma equipe para esclarecer dúvidas relacionadas ao

conteúdo dos materiais didáticos, eles responderam em unanimidade que sim: *“Sim, e quando tínhamos dificuldade nos pedíamos informação (A1)”*; *“Sim, estava lá o nome do tutor, e-mail, telefone, até presencialmente se você quisesse conversar com ele, marcava no DEaD, e ele estava lá (A2)”*; *“Sim, era quando existia dúvida, a gente entrava em contato, recorria de todas as formas (A4)”*.

Portanto, constatou-se convergência entre as falas dos alunos e dos gestores. Infere-se que os referidos alunos tinham um canal para tirar suas dúvidas quanto ao processo ensino-aprendizagem da modalidade, horários para atendimento e contatos disponíveis para esclarecimentos relacionados ao conteúdo das disciplinas do curso. Bandeira (2009) reconhece que um dos pontos fracos do processo ensino-aprendizagem consiste na elaboração de conteúdos para manter o interesse dos estudantes. Desse modo, ter uma equipe competente para tirar as dúvidas e orientar os estudantes, promove segurança no seu processo de aprendizagem.

A terceira dimensão abordada nos Referenciais de Qualidade é a garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados, que trata da singularidade entre os assuntos. Para entender essa dimensão, é necessário observar se o material didático cobre de forma sistemática e organizada o conteúdo preconizado pelas diretrizes pedagógicas, bem como se esse material didático indica a bibliografia e sites complementares de maneira a incentivar o aprofundamento e a complementação da aprendizagem.

Considerando o que diz o PPC de Administração Pública, no item que trata da produção e distribuição do material didático, a produção do conteúdo básico será realizada por autores especialistas, coordenados pela UAB e sua distribuição será feita por uma equipe de produção técnica do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o conteúdo básico do material didático já vem elaborado. Porém a reprodução e distribuição aos alunos caberão as IPES. Nessa linha, foi perguntando aos gestores e ao diagramador a organização e atualização do material didático. E eles informaram que, apesar da importância, não é atualizado, mas cada professor fica responsável em revisar esse material e organizá-lo. O gestor “G2” informou que houve tentativa de revisar a cada semestre, quando o professor fosse rever a disciplina, mas não conseguiram concretizar a ideia.

O diagramador “D1” afirma: *“[...] já alertei a coordenação porque nos estávamos trabalhando com livros de 2010, o primeiro curso que foi de 2013 que é o*

que nós estamos falando, então em 2013 ainda dava pra considerar o material de 2010, mas o curso finalizou em 2017 e estávamos trabalhando ainda com o material de 2010. Então a gente não tem aquela interferência direta na atualização do material que seria algo direcionando especificamente para o professor conteudista ou a coordenação baixar um livro da CAPES, já um livro mais atualizado (D1)”.

Pela fala do Diagramador “D1”, pode-se observar que não houve periodicidade na atualização do material didático utilizado no curso, pois embora seja um curso pertencente ao sistema UAB, cujo material é retirado do repositório da CAPES, a reponsabilidade dessa dinâmica de organização e atualização deve levada em consideração, de modo a não prejudicar os alunos. O participante “A3” apontou que, dentre os fatores relacionados ao material didático que mais dificultaram sua aprendizagem, encontra-se o fato de o mesmo ser desatualizado, *“[...] a questão de se aprender errado, em um material desatualizado, foi o que mais dificultou pra mim (A3)”*.

Desse modo, segundo Neder e Possari (2009), a escolha dos conteúdos que serão trabalhados nos textos-base, ou derivados deles, devem dinamizar o currículo, cumprindo o conteúdo proposto e, sempre que possível, estimular a percepção da relação entre teoria e prática por parte do aluno. O PPC de Administração Pública enfatiza que a relação teoria-prática é tratada como primordial no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso.

Quanto à observância de indicações bibliográficas e sites complementares por meio dos materiais didáticos, os gestores responderam que as indicações estavam nos materiais, e ainda, que tais bibliografias estavam atreladas ao PPC do curso: *“Estão lá no PPC às bibliografias obrigatórias, e em cima dessas bibliografias, o professor vai montar a aula dele. Todos os cursos tem que ser baseados em cima do PPC. Muitos que entram são professores temporários, utilizam bibliografias extras, que não estão no PPC (G1)”*.

A busca pelas bibliografias indicadas no curso de Administração Pública desencadeou a questão de ter na biblioteca física esses livros, pois segundo relato do entrevistado “A2”, essa foi uma das questões que dificultaram seu aprendizado: *“[...] quando nós buscávamos a biblioteca, tanto da universidade como a biblioteca do colégio que ocorriam as aulas presenciais, não tinham esses livros e isso dificultava bastante, e ainda, o colégio que tínhamos aulas era uma biblioteca de nível médio e não de nível superior, então a universidade buscou inserir alguns*

livros, algumas leituras na biblioteca que nós poderíamos fazer o pedido, mas eram poucos. Então nós éramos muitos alunos e às vezes eram cinco ou seis edições de uma determinada linha, que não era suficiente, então nós tínhamos que buscar outras bibliotecas, buscar os livros em sites (A2)”.

As bibliografias e leituras complementares recomendadas causavam certa limitação de acesso aos alunos, devido a maior parte delas não estarem no acervo da UNIFAP e nos polos, o que levou à adequação na forma de incluí-las no PPC dos próximos cursos a distância, em especial do curso de Administração Pública.

G2 – Hoje nós damos prioridade, para os livros que temos na biblioteca, então o professor quando ele monta o plano de aula, ele encaminha pra mim e eu faço uma visita à biblioteca. Verifico o que nós temos e acabo indicando ao professor o que seria pra ele colocar na bibliografia de acordo com o que a gente tem no acervo nosso. Mas na turma que já estava em andamento quando entrei não conseguimos fazer dessa forma. Inclusive a bibliografia estava amarrada no próprio PPC do curso, que já vinha meio que pré-definida pelo PNAP, então a gente não sabia se tinha ou não os livros. Quando a gente recebeu a visita do MEC, ali, mais de 60% dos livros do PPC, não tinham na biblioteca, a gente teve que fazer um ajuste no PPC, foi sofrido.

Conforme depoimento do gestor “G2”, observa-se a preocupação em sanar a dificuldade que se apresentou na turma de Administração Pública, a fim de que este transtorno não seja recorrente nos próximos cursos, e que os conteúdos selecionados para o estudo do aluno, somados as bibliografias de apoio, sejam bem planejados e ofereçam o suporte que os alunos requerem. O Guia da UAB enfatiza que, para se reconhecer o curso, mantendo a qualidade na formação dos alunos, as instituições devem disponibilizar “o acesso dos alunos da EaD às bibliotecas físicas e virtuais da IES, a aquisição de livros para os acervos dos cursos oferecidos e um sistema informatizado de empréstimo na IES e nos polos” (CAPES, 2019, p. 15).

Neder e Possari, (2009) ressaltam que, além de uma indicação bibliográfica de apoio, é importante o acompanhamento de outros conteúdos, a definição de objetivos, informação sobre a organização e a finalidade de aperfeiçoamento teórico ao tema apresentado. Entende-se que, quanto melhor esclarecido aos alunos os métodos de escolha e seus objetivos, maior será a interação, integrando-o ao processo ensino-aprendizagem.

A quarta dimensão, que trata da integração entre sujeitos envolvidos, dedica-se a observar como o material didático é organizado, se está de acordo com os Referenciais de Qualidade, se está em linguagem dialógica, de modo a promover

autonomia ao estudante e desenvolver sua capacidade para aprender e controlar o próprio crescimento, se pode se constatar a existência de um módulo introdutório, que leve ao domínio de conhecimento e às habilidades básicas referentes à tecnologia, se o material didático fornece ao estudante uma visão geral da metodologia em educação a distância, que será utilizada no curso, se detalha as competências cognitivas, habilidade e atitudes que o estudante deverá alcançar ao fim de cada unidade, módulo, disciplina, oferecendo oportunidade de autoavaliação, por fim, se existem tecnologias ou meios alternativos, que possibilitem a flexibilidade no atendimento ao estudante com deficiência.

Quando foi perguntado aos alunos entrevistados, se o material didático disponibilizado apresentava linguagem dialógica, os alunos “A1”, “A2” e “A4” responderam positivamente:

A1 - Sim, ele ajudou muito a ter essa interação, a gente fazia essa interação entre nós mesmos, naquela fase do fórum avaliativo, que temos que interagir com os colegas e também com o tutor, que às vezes havia o nosso entendimento e às vezes o tutor tinha outro, aí tínhamos nossas conversas.

A2 – Sim, o material é muito didático, muito amplo então isso instigava você, chegando ao ponto de discutir com o seu tutor pelo sistema, porque às vezes havia uma visão a nicho de administração, principalmente administração pública, que é um mundo, então às vezes você fica engessado senão buscar outros meios. Às vezes nós pegávamos professores das disciplinas pra discutir essas postagens com eles, mas olha show.

A4 – Sim, estimulava, a gente até se aprofundava, procurava entrar mais no assunto, buscando a solução daquele tópico. Porque a gente sentia curiosidade e a gente procurava na internet e com os colegas.

O participante “A3” concordou, mas com ressalvas, pois enfatizou que: *“Uns sim, mas outros achei que era demais básico (A3)”*. Já o participante “A5” mostrou discordância dos demais: *“No material não sentia isso, era pela dica do professor, que davam outras fontes pra gente pesquisar, que era o que motivava (A5)”*.

Com base nos depoimentos, pode-se perceber que, para maioria dos alunos entrevistados, o material didático, em especial o livro texto, apresentava-se em linguagem dialógica, instigando os alunos a avançar nos estudos, e ainda, promovendo a interação entre eles, trazendo o conhecimento absorvido individualmente para as rodas de conversa. Essa argumentação corrobora o

pensamento de Passos (2006), no sentido de que “os materiais devem servir como mediadores para facilitar a relação professor/aluno/conhecimento, no momento em que um saber está sendo construído” (PASSOS, 2006, p. 78). Neder e Possari (2009) acrescentam ainda, que “essa mediação pode ser feita mediante um guia didático, cuja função é auxiliar o aluno em seu processo de leitura e compreensão do texto estudado” (NEDER; POSSARI, 2009, p. 18).

Ainda sobre a quarta dimensão, quando se inicia um curso EaD, existe vários tipos de alunos, variadas idades, experiências distintas no campo profissional e pessoal. Nesse sentido, levantou-se o questionamento sobre os alunos que não detinham conhecimento das tecnologias ou mesmo que nunca tiveram nenhum contato com um computador, por exemplo. Foi perguntado aos gestores se no início do curso de Administração Pública, teve um módulo introdutório que levasse o aluno ao domínio de conhecimentos e habilidades básicas referentes às tecnologias que seriam utilizadas ao longo do curso.

Os gestores confirmaram que sim: “[...] *na primeira turma, não teve no início, foi feito depois de já iniciada (G1)*”. Embora a primeira turma do curso de Administração Pública EaD já estivesse em andamento e, posteriormente, tenha-se identificado essa necessidade, foi planejado um módulo introdutório, uma espécie de capacitação para capacitar a turma com conhecimento e prática das tecnologias utilizadas no ambiente virtual: “[...] *a primeira disciplina que a gente dá é uma capacitação no moodle⁴, que é o portal que a gente utiliza, então a primeira coisa que o aluno tem é essa vivência com relação ao moodle, na primeira turma nós conseguimos fazer, mas como ele não tem uma carga horária, ele não entra como disciplina, ele entra tipo, como uma capacitação, um nivelamento, porque o moodle é algo diferente, o aluno quando ele entra, aquele que nunca teve acesso assim é bem diferente, então a gente dá uma capacitação que dura mais ou menos uma semana de curso (G2)*”.

A apresentação da metodologia da EaD ao aluno foi realizada pelos professores de cada disciplina, conforme relatado pelo gestor “G1”: “[...] *na plataforma, no início da disciplina tem a ementa lá, tem cronograma, que é obrigatório o professor colocar e dentro da ementa estão lá quais os objetivos da*

⁴ Moodle (Modular Object Oriented Distance LEarning) é um sistema de gerenciamento para criação de curso online. Esses sistemas são também chamados de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) ou de Learning Management System (LMS).

disciplina, quais os autores que ele vai trabalhar, mas não especificamente que ele vai utilizar só aquilo ali, ele vai pesquisar vídeo aula, outros livros, mas eu posso te dizer que serve como um norte, que vai esperar ele nas provas, nas outras atividades (G1)”.

Também foi verificado junto aos gestores, se os livros detalham as competências que o estudante alcançará ao final de cada unidade, módulo e disciplina. Os gestores relataram que sim: “[...] *sim, é obrigatório ter as competências cognitivas, visto que o objetivo é formar seres críticos, que possam transformar o mundo em um mundo melhor (G1)*”; *“Em cada livro tem, vem bem explicadinho (G2)”.*

Sobre o público-alvo, foi pesquisado se na turma de Administração Pública EaD houve aluno que apresentasse algum tipo de deficiência. Os gestores e o diagramador informaram que não: *“Nesta turma não tinha nenhum estudante com deficiência, mas nós tínhamos um surdo à época em outras turmas, então ele tinha um tutor específico só pra ele (G1)”.* E ainda, caso houvesse, se a EaD teria as tecnologias ou meios alternativos que possibilitassem o atendimento a este estudante, que segundo Nunes (2009), classifica-se como clientela não convencional. O gestor “G2” respondeu o seguinte: “[...] *os nossos polos, eles são dentro de escolas, o polo Santana é dentro da antiga Casa Brasil e a casa Brasil tem todo acesso ao cadeirante e ao processo de acessibilidade, é bem estruturado e a polo de Macapá que é lá no CCA, também tem toda uma estrutura para atender deficientes físicos e auditivos (G2)”.*

O gestor “G2” enfatizou que, dentro de um dos cursos EaD, tem a disciplina de libras que é justamente para atender o surdo-mudo, pois embora no curso de Administração Pública não houvesse deficientes, nos cursos de Educação Física e Matemática havia, tendo os interpretes que dar aula nos encontros presenciais, além de acompanhar esses alunos em visitas ao departamento ou à universidade.

Considerando a experiência do diagramador com um aluno portador de deficiência auditiva, em outro curso de curta duração, ele deu o seguinte depoimento: “[...] *em outro curso nós tivemos uma situação de um aluno, então nós tínhamos um tutor específico de libras, esse tutor colocava um material mais direcionado a esse aluno no caso dele a deficiência era só na parte de audição, então tinha vídeo aula com sinais de libras, tinha o material assim mais elaborado,*

com a forma um pouquinho diferente, com umas fontes melhores, uma diagramação de forma diferente, uma diagramação mais livre, não muito fechada e sem muito detalhe, isso no material que o professor disponibilizava que era aquele material extra, então o livro era o mesmo, mas o material extra a gente dava um tratamento diferenciado pra deixar para esse aluno de uma forma que ele pudesse entender todo o conteúdo daquela disciplina sem muita dificuldade (D1)”.

Quanto às demais funcionalidades disponíveis para deficientes, o diagramador “D1” afirmou que na plataforma utilizada tem recurso que permite acessibilidade em alguns casos, embora tenha confessado que não trabalhou com todos esses recursos por não haver demanda. Assim, pode-se observar que é real a necessidade da EaD de proporcionar acesso ao aluno que apresente limitações. Proporcionar o acesso é uma característica especial da modalidade a distância, chega até ser ainda mais importante para alunos idosos, que moram em áreas rurais e, neste caso, alunos com deficiência (MOORE; KAESLEY, 2010).

A quinta e última dimensão dos Referenciais de Qualidade trata da configuração. Essa dimensão volta-se para o projeto pedagógico do curso de Administração Pública, que deve especificar claramente a configuração do material didático que será utilizado, em particular, a equipe multidisciplinar responsável por essa tarefa: os professores responsáveis por cada conteúdo de cada disciplina e os demais profissionais das áreas de educação e equipe técnica.

Sobre o PPC do curso de Administração Pública EaD da UNIFAP, foi percebido que ele especifica nitidamente a equipe multidisciplinar e sua função, porém não deixou vinculado o nome dos profissionais que atuaram em tais funções, constando somente o nome dos professores que atuaram nas disciplinas e os gestores que participaram do gerenciamento do curso.

Outro ponto relevante discriminado no PPC refere-se à proposta de cursos para capacitação e atualização dos profissionais pertencentes à equipe multidisciplinar e aos demais envolvidos, que são pessoas que atuam na prestação de apoio ao desenvolvimento do projeto de material didático (BANDEIRA, 2009).

Embora não haja especificação do quantitativo de material didático disponível no pré-teste, o PPC atender grande parte dos requisitos expressos nesta dimensão. Isso pode se justificar no fato de o modelo do projeto pedagógico já ter vindo pré-definido pela CAPES, seguindo seu próprio roteiro. Contudo, não impede

que nos próximos cursos, as orientações baseadas nos Referenciais de Qualidade sejam atendidas em sua plenitude.

4.3.3 Perspectivas futuras para os materiais didáticos de EaD

Ao final das entrevistas realizadas com os alunos, lançou-se a seguinte indagação: “*a entrevista está chegando ao fim, você gostaria de fazer outras contribuições sobre os materiais didáticos?*” a intenção foi investigar, se os tópicos guias tinham sido suficientes para o desenvolvimento metodológico da pesquisa. Seguem alguns relatos:

A3 – [...] com relação ao material didático principalmente daqueles que eu achava muito básico, ou mesmo é atrasado, acho que poderia ter um material que avançasse mais, em todas as disciplinas em caso de necessidade dos alunos.

A4 – [...] dependendo do projeto que foi feito, que se alocassem os alunos dentro da UNIFAP, com todos os materiais já.

A5 – [...] eu acho assim, quando eles fossem iniciar esses cursos, que eles colocassem a disposição do material didático desde o começo da aula e que antes de começar fosse explicado tudinho, o que é o curso a distância, como é que é feito [...] quando iniciasse a disciplina a aula presencial poderia ser o primeiro encontro onde o professor poderia dar uma "deixa" assim da aula sabe, do assunto, do que se tratava aquilo, que pra quando o material chegasse a você, já tinha uma noção do que ele estava falando.

Esse *feedback* poderá servir de direcionamento para as medidas que poderão ser tomadas pela instituição, a fim de aperfeiçoar seus métodos e ferramentas que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem, na educação a distância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores desafios enfrentados pelo ensino à distância é a demonstração da aplicabilidade metodológica em comparação com o ensino presencial, no sentido de garantir o mesmo patamar de qualidade. Essa modalidade de ensino atende um perfil de alunos diferenciados em um contexto de grandes avanços tecnológicos e inovadores, de pessoas cada vez mais conectadas e acessando diversos conteúdos digitais em *smartphones*, *tablets* e outros dispositivos. Tratar da temática relacionada com a educação a distância, em especial, abordando o material didático utilizado nessa modalidade, é altamente relevante para compreender as peculiaridades e *nuances* existentes nas instituições de ensino superior.

O objetivo geral deste estudo consistiu em identificar a influência da produção de material didático, no processo de ensino aprendizagem da educação a distância, do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá, turma 2013, no que se refere à conformidade com os Referenciais de Qualidade Para Educação Superior a Distância. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se de método qualitativo, haja vista que foi necessário obter fontes primárias que refletissem as informações e opiniões, somadas a uma abordagem do tipo descritiva, para então realizar a análise dos dados. A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas envolvendo dois gestores, um diagramador e cinco alunos.

Os objetivos específicos foram os pilares de sustentação da proposta principal deste estudo, explanados em três sessões e alcançados em sua totalidade. O primeiro se delimitou em descrever como se deu a implantação da educação a distância na Universidade Federal do Amapá, em especial no curso de Administração Pública. O segundo objetivo específico visou descrever o processo de produção dos materiais didáticos da educação a distância do curso de Bacharelado em Administração Pública. O último objetivo específico se propôs a verificar as contribuições do material didático produzidos para a modalidade de educação a distância para o processo de formação acadêmica de alunos que concluíram o curso de Administração Pública. Os resultados foram atingidos pelas análises advindas das entrevistas com os alunos e consulta ao projeto pedagógico do curso. Desse

modo, afirma-se que todos os objetivos deste estudo foram alcançados em sua totalidade.

O questionamento levantado neste estudo consistiu em saber qual a influência da produção de material didático no processo ensino-aprendizagem da educação a distância na turma de 2013, do curso Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Amapá, no que se refere a conformidade com os Referenciais de Qualidade Para Educação Superior a Distância?

A pesquisa apontou que, embora os alunos tenham enfrentado alguns contratempos ao longo do curso, os materiais didáticos utilizados influenciaram positivamente em seu processo de formação acadêmica e a Universidade atendeu, em sua maior parte, as orientações recomendadas pelo documento orientador, fornecido pelo MEC, sinalizando que a instituição garantiu as condições básicas para o desenvolvimento do curso.

Em outro resultado, identificou-se que a instituição pesquisada teve papel fundamental na inserção de uma nova modalidade de ensino, no seu rol de cursos ofertados, disponibilizando uma equipe engajada e disposta a implantar um curso que visasse à valorização de servidores públicos e ampliasse o acesso ao ensino superior, dentro das peculiaridades do Estado do Amapá. Vale ressaltar, que os precursores, mesmo enfrentando problemas como a infraestrutura, recursos humanos entre outros entraves, deram continuidade ao trabalho realizado inicialmente, empenhando-se até os dias atuais para que a educação a distância fosse fortalecida como política pública de inserção ao ensino superior.

Outro apontamento foi a atuação da equipe institucional, que se preocupou em desenvolver um material didático com traços mais regionalizados, trazendo experiências e exemplos que refletem o cotidiano peculiar da região, observados também pelos alunos dentro de sua própria realidade. Nesse sentido, constatou-se ainda, que a atuação do professor, evidente na fala dos alunos como um dos principais instrumentos auxiliares ao material didático, reflete toda autonomia para dar direcionamento e prestar esclarecimentos aos alunos.

A contribuição deste estudo para a Universidade Federal do Amapá se deu no levantamento de dados, que apontou críticas e opiniões de indivíduos que participam diretamente do processo ensino-aprendizagem da modalidade educação a distância, bem como evidenciou a percepção dos alunos que são influenciados por esses desdobramentos. Outra contribuição se refere ao fornecimento de subsídios

que demonstrem aos gestores e pessoas que detém o poder de decisão, a real situação do processo de produção de material didático para os cursos da modalidade a distância, suas limitações, a necessidade de implementar mudanças e a indicação de pontos essenciais para o aperfeiçoamento das ferramentas e métodos utilizados.

De modo mais amplo, a pesquisa cooperou com a educação superior do Estado do Amapá, proporcionando embasamento por meio de informações retiradas do seio de umas das instituições pioneiras da educação a distância, a qual pode propor meios para tornar o ensino superior a distância mais eficiente e fortalecido, estimulando a produção do conhecimento, aperfeiçoamento profissional e pessoal da sociedade amapaense, respeitando seus aspectos econômicos, sociais e culturais, entre outras especificidades da região.

Como desafio pessoal, aponta-se a necessidade de construir uma percepção imparcial, diante do fato da pesquisadora ser também servidora da instituição estudada. Ressalta-se, que a facilidade de acessar informações e o fato de a pesquisadora ser tutora em algumas disciplinas do curso de Administração Pública são pontos positivos, uma vez que se buscou manter um distanciamento no momento da coleta dos dados, nas entrevistas e nas análises.

É importante destacar, que as conclusões apresentadas ao longo das análises desta dissertação foram realizadas em um contexto passível de distintas interpretações, tendo em vista o cenário de constantes mudanças, podendo direcionar novas pesquisas e evidenciar outros resultados. As peculiaridades regionais como a economia local e os costumes, entre outros aspectos onde se localiza a Universidade Federal do Amapá, foram determinantes para as reflexões deste estudo, de modo a apresentar traços de regionalidade em técnicas e instrumentos que viabilizaram a produção do conhecimento.

A presente dissertação pode ser indicada como instrumento de reflexão para outras instituições de ensino superior que atuam no mesmo processo educacional, em especial do ensino superior à distância, visando auxiliar gestores e demais envolvidos direta ou indiretamente com a modalidade, além de apresentar grande possibilidade de continuidade envolvendo outras dimensões que influenciam no processo de ensino-aprendizagem. A argumentação contida neste estudo, observada de diversos ângulos, pode desencadear outros apontamentos aos olhos de outros pesquisadores dentro da iniciação científica.

Assim, para a sociedade e para o desenvolvimento das instituições de ensino, que atuam no país utilizando a modalidade de educação a distância, buscar atender as regras nacionais que harmonizam o ensino superior nesses moldes com qualidade, configura-se como horizonte de necessidades institucional e política, cujo não entendimento entre os atores envolvidos poderá resultar em prejuízo para a sociedade, pela não expansão do sistema.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. R. M. A. A história da educação a distancia no Brasil. **Carta Mensal Educacional**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 82, p.22-27, jun. 2007. Disponível em: <http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_82/index.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BANDEIRA, D. Material didático: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração. **Curso de Materiais didáticos para smartphone e tablete**, Curitiba, p. 13-33, 2009. Disponível em: <http://www2.videolivaria.com.br/pdfs/24136.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.
- BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2015.
- BELLONI, M. L. O que é mídia-educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009.
- BENFATTI, E. F. S.; STANO, R. C. M. T. Utilização da tecnologia em educação a distância na formação de engenheiros de produção da Universidade Federal de Itajubá: uma avaliação educacional. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 433-446, 2010.
- BERTOLIN, J. C. G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização – período 1994-2003**. 2007. 214f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. 3. ed. São Geraldo: Unijuí, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- _____. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refEaD1.pdf>>. Acesso em: 11 ago 2018.
- _____. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez.1961.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP)**. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/pnap>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

_____. **SISUAB consulta pública**. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <<https://sisuab2.capes.gov.br/sisuab2/login.xhtml>>. Acesso em: 12 jun.2019.

_____. **UAB**. Brasília, DF: CAPES, 2015. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/educacao-a-distancia-uab/4144-o-que-e>>. Acesso em: 15 maio 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A Sociedade em rede**: do conhecimento à ação política. Belém: Imprensa Nacional, 2005.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

FIORENTINI, D.; MIORIM, M. A. **Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no ensino da Matemática**. São Paulo: SBEM, 1990.

FIORENTINI, L. E.; MORAIS, R. **Linguagens e interatividade na educação a distância**. São Paulo: P&D, 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: EdUECE, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUTIERREZ, F.; PRIETO, D. **A mediação Pedagógica**: educação a distância alternativa. Campinas: Papirus, 1994.

LEVY, P. **Inteligência Coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

LITTO, F.; FORMIGA, M. **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, 2009.

LORENZATO, S. Laboratório de ensino de matemática e materiais didáticos manipuláveis. In: LORENZATO, Sergio. **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MASETTO, M. T. Formação pedagógica dos docentes do ensino superior. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração**, v. 1, n. 2, p.22-29, 2009.

_____. **Inovação curricular, tecnologias de informação e comunicação e formação de professores:** ensino de língua das reformas, das inquietações e dos desafios. Belo Horizonte: EdUFMG, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação [CNE]. **Resolução nº 1/2016, de 11 de março de 2016.** Estabelece Diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

_____. **Instituições credenciadas EaD.** Brasília, DF: Ministério da educação, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes. 2002.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social:** teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância:** sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância:** uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2010.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância.** São Paulo: Summus, 2002.

NEDER L. **Curso de extensão em elaboração de material didático impresso.** Fortaleza:[s.n], 2003. Disponível em: <<http://www.necad.uece.br/tudoaler/noticias/noticia4.htm>>. Acesso em: 09 ago.2018.

NEDER, L.; POSSARI, L. H. V. **Curso de formação em educação a distância:** educação e comunicação em educação a distância. Curitiba: UNIREDE, 2001.

_____. **Material Didático para a EaD:** processo de produção. Cuiabá: EdUFMT, 2009

NEVES, C.M. C. **Referenciais de qualidade para cursos a distância.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

NISKIER, A. **Educação a distância:** a tecnologia da esperança. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

NUNES, I. B. **A história da EaD no mundo.** São Paulo: Pearson Education, 2009.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **O aluno virtual**: um guia para trabalhar com estudantes online. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PASSOS, B. C. L. Materiais manipuláveis como recursos didáticos na formação de professores de matemática. In: LORENZATO, Sergio. **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. Campinas: Autores Associados, 2006.

ROSINI, A. M. **As novas tecnologias da informação e a educação a distância**. Boston: Cengage, 2013.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: EdUFSC, 2012.

SECCHI, L. **Políticas públicas**. São Paulo: Cengage, 2010.

_____. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SOARES, W. **O livro didático e a educação**. São Paulo: Abrelivros, 2002.

SOUZA, Y. H.; SECCHI, L. Extinção de políticas públicas: síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 20, n. 66, p. 75-93, 2015.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL -UAB. **Programas e ações**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-a-distancia-sp-2090341739/programas-e-acoes?id=12265>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração Pública**. Macapá, AP: UNIFAP, 2012.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2015-2019. Macapá: UNIFAP, 2015. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/pdi/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

_____. **Consulta do quantitativo de técnico-administrativos e docentes por unidade**. Emitido pelo Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH. Macapá, AP: UNIFAP, 2019. Disponível em: <<https://sigrh.unifap.br>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

VELOSO, J. M. M. **AEDi-UFPA comemora o Dia Nacional da EaD com história de conquistas**: Laboratório Multimídia. Belém, PA: EdUFPA, 2018. Disponível em: <<https://www.aedi.ufpa.br/index.php/ver-mais/251-aedi-ufpa-comemora-o-dia-nacional-da-EaD-com-historia-de-conquistas>>. Acesso em: 19 maio 2019.

VILAÇA, M. L. C. O material didático no ensino de língua estrangeira: definições, modalidades papéis. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 8, n. 30, p. 1-14, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (continua)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ: PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”. O objetivo deste trabalho é identificar a influência da produção de material didático no processo de ensino aprendizagem da educação à distância no curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá, utilizando os parâmetros de análise dos Referenciais de Qualidade Para a Educação Superior a Distância. Para realizar o estudo será necessário que o(a) Sr.(a) se disponibilize a participar de entrevista semiestruturada previamente agendada a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar e potencializar as reflexões de como se dá o desdobramento das políticas públicas de educação a distância na esfera da Universidade Federal do Amapá, contribuir com o desenvolvimento do conhecimento e proporcionar subsídios que indiquem pontos essenciais para o aperfeiçoamento e melhoria das ferramentas utilizadas, além de, sugerir meios que possam tornar o processo de ensino mais eficiente e fortalecido para o acadêmico, que possivelmente dará retorno positivo a sociedade amapaense de modo geral. Os riscos da sua participação nesta pesquisa consistem em desconforto emocional, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio, dificuldade em responder questões de cunho profissional ou cansaço ao responder às perguntas, em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (96)98117-6484 (celular). O senhor (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Eu _____ (nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (conclusão)

FEDERAL DO AMAPÁ: PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”.

Macapá, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Pesquisador

Universidade Federal do Amapá

Cel: (96) 98117-6484

E-mail: amaliappcastro@gmail.com

Assinatura do Participante

Caso o participante esteja impossibilitado de assinar:

Eu _____, abaixo assinado, confirmo a leitura do presente termo na íntegra para o(a) participante _____, o(a) qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta pesquisa, o qual utilizou a sua impressão digital (abaixo) para confirmar a participação.



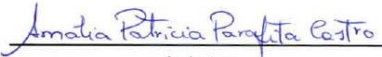
Polegar direito (caso não assine).

Testemunha nº1: _____

Testemunha nº2: _____

ANEXOS

ANEXO A – Registro no Comitê de Ética da UNIFAP

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ: PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 8			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: AMALIA PATRICIA PARAFITA CASTRO			
6. CPF: 831.937.902-49		7. Endereço (Rua, n.º): VINTE E DOIS DE JULHO NOVO BURITIZAL CASA MACAPA AMAPA 68904670	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 96981176484	11. Email: amaliappcastro@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do paramProjeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao paramProjeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 29 / 01 / 2019		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA		13. CNPJ: 34.868.257/0001-81	
14. Unidade/Órgão:			
15. Telefone:		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Cris Evelin da Silva Dalmácio</u>		CPF: <u>817.349.802-49</u>	
Cargo/Função: <u>Substituta Oriental</u>			
Data: 29 / 01 / 18		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO B – Parecer Consubstanciado do CEP/UNIFAP (continua)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ: PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pesquisador: AMALIA PATRICIA PARAFITA CASTRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 07364219.6.0000.0003

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.271.542

Apresentação do Projeto:

Conforme Parecer anterior!

Objetivo da Pesquisa:

Conforme Parecer anterior!

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Parecer anterior atendido!

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Parecer anterior atendido!

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme Parecer anterior!

Recomendações:

Conforme Parecer anterior!

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há!

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rodovia Juscelino Kubistcheck de Oliveira - Km.02
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

ANEXO B – Parecer Consubstanciado do CEP/UNIFAP (conclusão)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP

Continuação do Parecer: 3.271.542

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1289367.pdf	11/03/2019 18:23:14		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	dissertacaoparaplataformabrasilnovaversao.docx	11/03/2019 18:21:29	AMALIA PATRICIA PARAFITA CASTRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoaparaplataformabrasil.pdf	29/01/2019 23:15:36	AMALIA PATRICIA PARAFITA CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivre esclarecido.pdf	29/01/2019 23:14:52	AMALIA PATRICIA PARAFITA CASTRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoprotocolada.pdf	29/01/2019 23:13:07	AMALIA PATRICIA PARAFITA CASTRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 17 de Abril de 2019

Assinado por:
RAPHAELLE SOUSA BORGES
 (Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Juscelino Kubistcheck de Oliveira - Km.02
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br